

Justiça em Números 2009

Indicadores do Poder Judiciário

JUSTIÇA ESTADUAL



Brasília, setembro de 2010

Conselho Nacional de Justiça

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Ministro Cezar Peluso

Corregedor Nacional de Justiça

Ministra Eliana Calmon

Conselheiros

Ives Gandra

Milton Nobre

Leomar Barros

Nelson Braga

Paulo Tamburini

Walter Nunes

Morgana Richa

José Adonis

Felipe Locke

Jefferson Kravchychyn

Jorge Hélio

Marcelo Nobre

Marcelo Neves

Secretário-Geral

Fernando Florido Marcondes

Secretário-Geral Adjunto

José Guilherme Vasi Werner – Coordenador da edição

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretora Executiva

Lêda Bandeira

Diretor de Projetos

Pedro Florêncio

Diretor Técnico

Fábio Mirto

Responsáveis pela pesquisa

Ana Carolina Prata

Fernanda Paixão

Gabriela Azevedo

Guilherme Viana

Igor Tadeu Stemler

Jeovan Assis da Silva

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

E-mail: estatistica@cnj.jus.br

Sumário

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.	6
1.1. Recursos Financeiros	6
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB	6
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública	9
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos	12
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	15
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	18
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	21
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	24
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	27
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	30
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante	33
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	36
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	39
1.1.12. I2 - Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual	42
1.1.13. I2a - Arrecadação com Execução Fiscal e Impostos causa mortis em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual	45
1.1.14. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	48
1.1.15. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	51
1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos	54
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	54
1.2.2. Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	57
1.2.3. Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	60
1.2.4. MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais	63
1.2.5. MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais	66
1.2.6. Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho	69
1.2.7. TS - Total de Servidores: Força de Trabalho	72
1.2.8. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	75
1.2.9. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes	78
1.2.10. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes	81
1.2.11. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes	84
1.2.12. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes	87
1.2.13. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes	90
1.2.14. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes	93
1.2.15. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes	96
1.2.16. Inf2 - Número de Computadores por Usuário	99
1.2.17. Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)	102
1.2.18. Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)	105
1.2.19. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)	108
2. Litigiosidade.	111
2.1. Litigiosidade de 2º grau	111
2.1.1. Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	111
2.1.2. Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	114
2.1.3. TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	117
2.1.4. Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	120

2.1.5. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau	123
2.1.6. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau	126
2.1.7. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau	129
2.1.8. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau	132
2.1.9. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau	135
2.1.10. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau	138
2.1.11. ProcEl2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau	141
2.1.12. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau	144
2.1.13. Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau	147
2.1.14. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau	150
2.2. Litigiosidade de 1º grau	153
2.2.1. CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	153
2.2.2. CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau	156
2.2.3. TBAiXC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	159
2.2.4. SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau	162
2.2.5. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	165
2.2.6. ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau	168
2.2.7. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	171
2.2.8. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	174
2.2.9. ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau	177
2.2.10. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	180
2.2.11. TBAiXExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	183
2.2.12. TBAiXJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau	186
2.2.13. TBAiXEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	189
2.2.14. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	192
2.2.15. SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau	195
2.2.16. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	198
2.2.17. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	201
2.2.18. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	204
2.2.19. ExeSuS1º - Execuções Suspensas ou Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau	207
2.2.20. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	210
2.2.21. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau	213
2.2.22. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau	216
2.2.23. PEXtFisc1 - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau	219
2.2.24. PEXSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	222
2.2.25. PEXS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto penal e fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	225
2.2.26. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	228
2.2.27. KEX1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	231
2.2.28. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau	234
2.2.29. TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau	237
2.2.30. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	240
2.2.31. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	243
2.2.32. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau	246
2.2.33. Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau	249
2.2.34. Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau	252
2.2.35. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau	255
2.3. Litigiosidade de Turma Recursal	258
2.3.1. CnTR - Casos Novos na Turma Recursal	258
2.3.2. CpTR - Casos Pendentes na Turma Recursal	261
2.3.3. TBAiXTR - Total de Processos Baixados na Turma Recursal	264
2.3.4. DecTR - Total de Decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal	267
2.3.5. ChTR - Casos Novos por 100.000 habitantes nas Turmas Recursais	270
2.3.6. CmTR - Casos Novos por Magistrado nas Turmas Recursais	273
2.3.7. CsTR - Casos Novos por Servidor nas Turmas Recursais	276

2.3.8. KTR - Carga de Trabalho dos Magistrados nas Turmas Recursais	279
2.3.9. TCTR - Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais	282
2.3.10. DTMTR - Decisões Terminativas por Magistrado na Turma Recursal	285
2.3.11. ProcEITR - Índice de Processos Eletrônicos nas Turmas Recursais	288
2.3.12. RInTR - Recorribilidade Interna das Turmas Recursais	291
2.3.13. RdTR - Reforma de Decisão nas Turmas Recursais	294
2.4. Litigiosidade de Juizado Especial	297
2.4.1. CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais	297
2.4.2. CpCJE - Casos Pendentes nos Juizados Especiais	300
2.4.3. TBAiXCJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais	303
2.4.4. SentCJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais	306
2.4.5. ExeJudJE - Casos Novos de Execução Judicial nos Juizados Especiais	309
2.4.6. CnExJE - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais	312
2.4.7. ExeJudPJE - Casos Pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais	315
2.4.8. CpExJE - Casos Pendentes de Execução nos Juizados Especiais	318
2.4.9. TBAiJudJE - Total de Processos de Execução Judicial Baixados nos Juizados Especiais	321
2.4.10. TBAiExJE - Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais	324
2.4.11. SentJudJE - Sentenças em Execução Judicial nos Juizados Especiais	327
2.4.12. SentExJE - Sentenças em Execução nos Juizados Especiais	330
2.4.13. ChJE - Casos Novos por 100.000 habitantes nos Juizados Especiais	333
2.4.14. CmJE - Casos Novos por Magistrado nos Juizados Especiais	336
2.4.15. CsJE - Casos Novos por Servidor nos Juizados Especiais	339
2.4.16. PEXSJE - Percentual de Processos de Execução Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório nos Juizados Especiais	342
2.4.17. KCJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais	345
2.4.18. KExJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais	348
2.4.19. TCCJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais	351
2.4.20. TCExJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução dos Juizados Especiais	354
2.4.21. SMCJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais	357
2.4.22. SMExJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais	360
2.4.23. ProcEIJJE - Índice de Processos Eletrônicos nos Juizados Especiais	363
2.4.24. RxJE - Recorribilidade Externa dos Juizados Especiais	366
2.4.25. ImpJE - Índice de Impugnações dos Juizados Especiais	369
2.4.26. RinJE - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais	372
2.4.27. RdJE - Reforma de Decisão nos Juizados Especiais	375
3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.	378
3.1. A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	378
3.2. A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes	381
3.3. Dem - Demandantes.	384
3.4. Poder Público como Demandante.	387
3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:	387
3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:	390
3.5. Poder Público como Demandado.	393
3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:	393
3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:	396

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

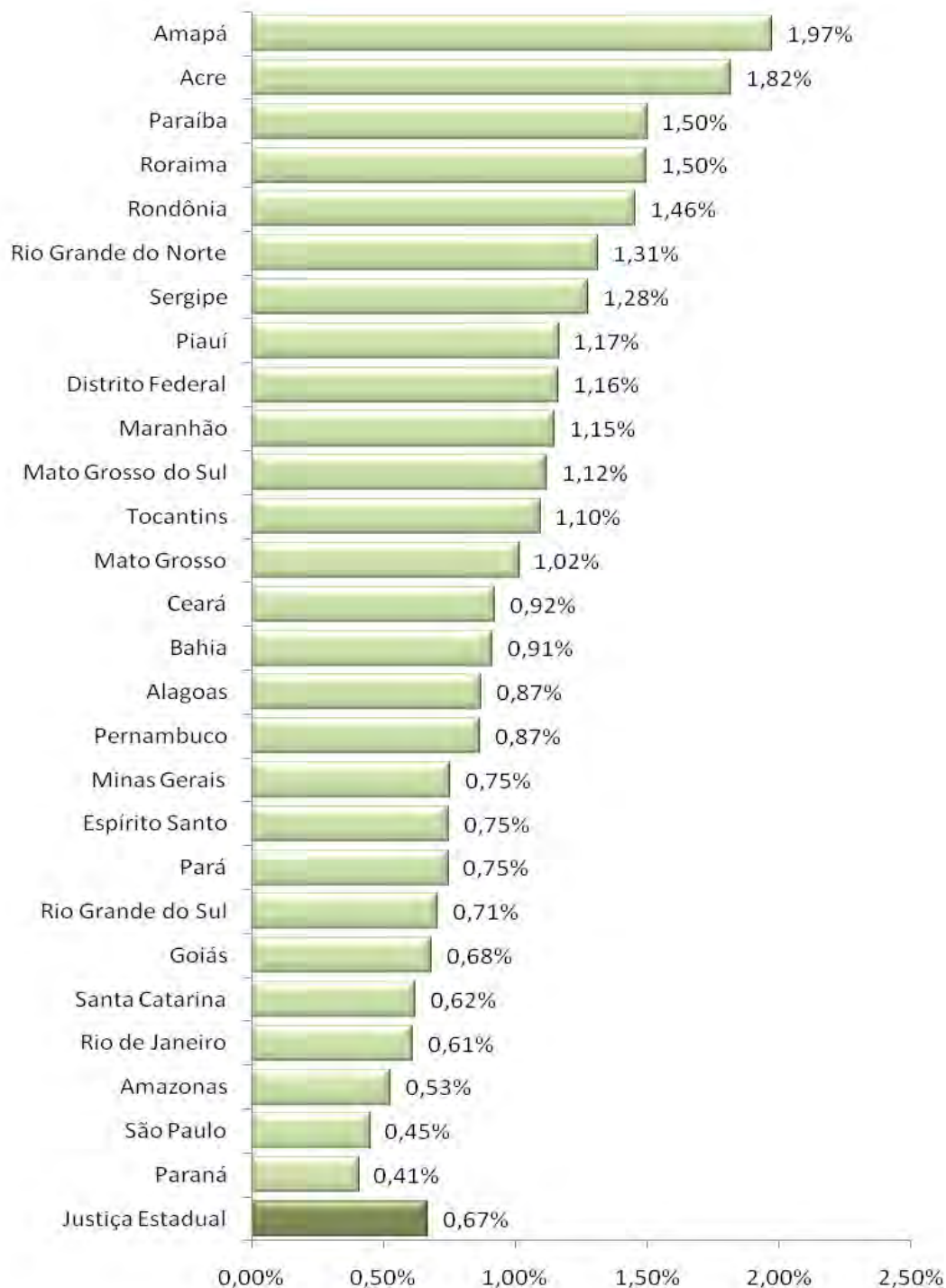
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tabela 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tribunal de Justiça	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	PIB - Produto Interno Bruto	G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB
Acre	123.699.007	6.803.080.540	1,82%
Alagoas	182.968.208	21.013.580.865	0,87%
Amazonas	261.407.712	49.628.901.701	0,53%
Amapá	140.308.881	7.112.062.913	1,97%
Bahia	1.182.897.324	129.497.472.894	0,91%
Ceará	548.332.554	59.440.741.778	0,92%
Distrito Federal	1.374.820.346	118.034.542.764	1,16%
Espírito Santo	534.411.179	71.260.578.629	0,75%
Goiás	525.922.596	77.012.377.574	0,68%
Maranhão	428.514.253	37.326.326.612	1,15%
Minas Gerais	2.147.483.647	284.964.114.937	0,75%
Mato Grosso do Sul	372.792.075	33.211.050.122	1,12%
Mato Grosso	511.911.448	50.412.960.458	1,02%
Pará	436.980.462	58.467.325.309	0,75%
Paraíba	393.263.659	26.219.992.564	1,50%
Pernambuco	636.713.086	73.523.197.261	0,87%
Piauí	194.544.926	16.694.287.403	1,17%
Paraná	777.472.871	190.826.160.657	0,41%
Rio de Janeiro	2.143.285.372	350.479.085.728	0,61%
Rio Grande do Norte	355.473.617	27.074.806.696	1,31%
Rondônia	257.964.349	17.718.043.588	1,46%
Roraima	73.764.101	4.923.063.393	1,50%
Rio Grande do Sul	1.475.717.414	208.580.219.080	0,71%
Santa Catarina	767.926.319	123.558.407.653	0,62%
Sergipe	254.984.999	19.953.601.954	1,28%
São Paulo	4.795.975.135	1.066.177.065.183	0,45%
Tocantins	143.478.933	13.101.951.744	1,10%
Justiça Estadual	21.043.014.473	3.143.015.000.000	0,67%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB



Glossário:

G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas representa em relação ao PIB estadual produzido no ano-base.

Fórmula: $G1 = Dpj / PIB$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- PIB - Produto Interno Bruto: Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal e suas unidades judiciárias durante um período determinado (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

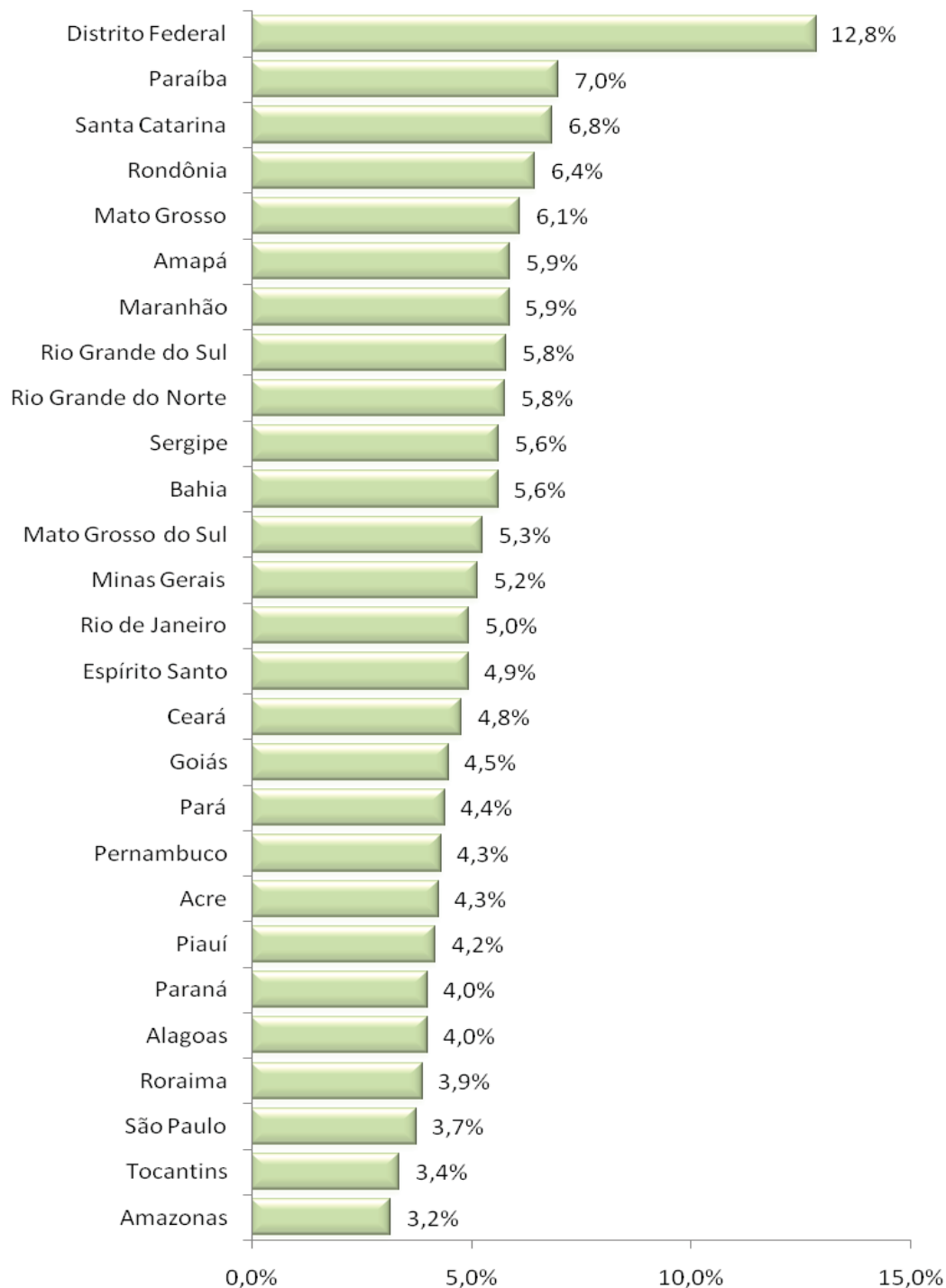
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tabela 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tribunal de Justiça	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	GTot - Gastos Totais	G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública
Acre	123.699.007	2.908.458.914	4,3%
Alagoas	182.968.208	4.581.025.278	4,0%
Amazonas	261.407.712	8.256.041.405	3,2%
Amapá	140.308.881	2.386.468.679	5,9%
Bahia	1.182.897.324	21.080.175.313	5,6%
Ceará	548.332.554	11.481.136.710	4,8%
Distrito Federal	1.374.820.346	10.700.533.377	12,8%
Espírito Santo	534.411.179	10.810.820.543	4,9%
Goiás	525.922.596	11.739.797.257	4,5%
Maranhão	428.514.253	7.301.464.550	5,9%
Minas Gerais	2.147.483.647	41.682.326.730	5,2%
Mato Grosso do Sul	372.792.075	7.082.642.526	5,3%
Mato Grosso	511.911.448	8.385.838.469	6,1%
Pará	436.980.462	9.950.256.023	4,4%
Paraíba	393.263.659	5.631.687.499	7,0%
Pernambuco	636.713.086	14.783.289.388	4,3%
Piauí	194.544.926	4.646.089.801	4,2%
Paraná	777.472.871	19.440.511.227	4,0%
Rio de Janeiro	2.143.285.372	43.275.005.656	5,0%
Rio Grande do Norte	355.473.617	6.156.371.484	5,8%
Rondônia	257.964.349	4.001.835.721	6,4%
Roraima	73.764.101	1.893.701.004	3,9%
Rio Grande do Sul	1.475.717.414	25.455.347.443	5,8%
Santa Catarina	767.926.319	11.226.508.888	6,8%
Sergipe	254.984.999	4.527.885.823	5,6%
São Paulo	4.795.975.135	128.055.416.329	3,7%
Tocantins	143.478.933	4.256.554.150	3,4%
Justiça Estadual	21.043.014.473	431.697.190.188	16,4%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública



Glossário:

G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas representa em relação à despesa pública total dos Estados no ano-base.

Fórmula: $G2 = Dpj / GTot$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- GTot - Gastos Totais: Refere-se à Despesa Pública Total Estadual (Fonte: STN).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

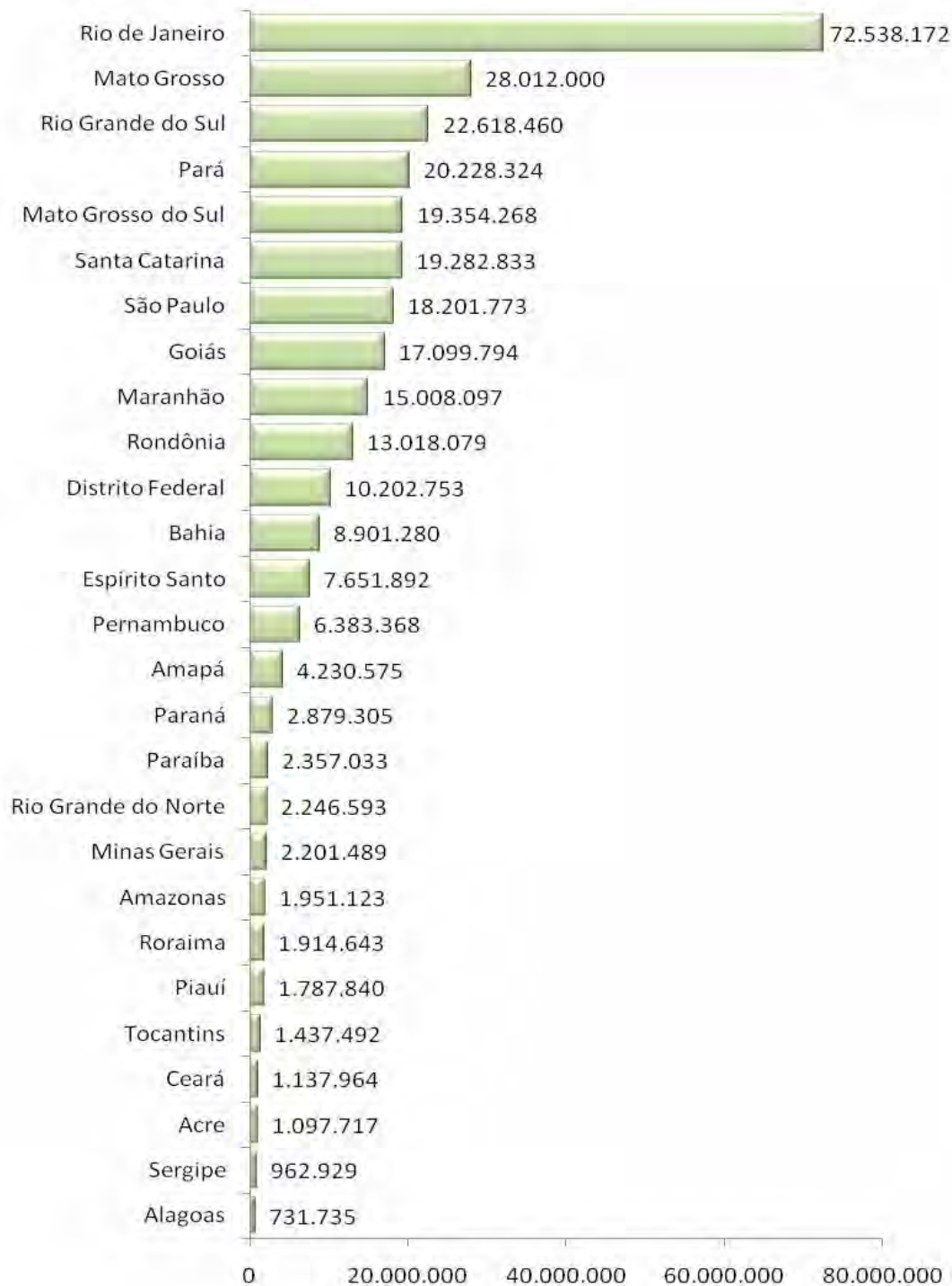
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tabela 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tribunal de Justiça	DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão	DBen - Despesas com Benefícios	DEnc - Despesas com Encargos	DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários	Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos
Acre	93.488.713	538.950	2.473.577	2.640.876	1.097.717
Alagoas	155.304.117	19.702	2.415.429	7.438.825	731.735
Amazonas	231.809.862	7.013.817	2.869.815	5.319.029	1.951.123
Amapá	99.012.001	7.110.027	9.048.430	6.096.192	4.230.575
Bahia	798.753.698	62.021.995	152.986.560	11.612.449	8.901.280
Ceará	343.432.715	7.037.833	122.671.606	20.549.135	1.137.964
Distrito Federal	1.010.348.737	57.747.328	150.290.119	42.449.935	10.202.753
Espírito Santo	335.372.055	31.022.598	66.119.576	11.579.956	7.651.892
Goiás	372.170.046	1.746.661	6.776.529	13.493.095	17.099.794
Maranhão	269.293.486	11.002.653	40.631.838	6.805.378	15.008.097
Minas Gerais	1.652.675.965	64.536.454	184.479.634	106.526.657	2.201.489
Mato Grosso do Sul	229.242.841	8.600.133	47.957.711	6.372.532	19.354.268
Mato Grosso	348.976.003	220.447	42.447.531	10.817.738	28.012.000
Pará	313.121.755	18.232.119	45.796.188	4.056.296	20.228.324
Paraíba	282.914.875	26.941.063	40.741.027	5.364.142	2.357.033
Pernambuco	391.779.914	50.181.283	57.362.767	21.323.107	6.383.368
Piauí	129.631.310	6.977.007	25.894.369	804.477	1.787.840
Paraná	652.950.309	280.066	27.090.631	27.461.535	2.879.305
Rio de Janeiro	1.541.873.281	81.878.336	70.270.532	238.330.875	72.538.172
Rio Grande do Norte	286.003.469	9.977.398	45.861.196	2.828.968	2.246.593
Rondônia	177.756.387	15.156.898	13.142.620	12.457.372	13.018.079
Roraima	45.143.598	7.492.318	4.986.854	1.989.757	1.914.643
Rio Grande do Sul	1.113.260.141	24.522.397	51.428.074	44.544.605	22.618.460
Santa Catarina	432.851.901	52.013.969	71.281.700	30.921.441	19.282.833
Sergipe	192.402.369	15.909.576	30.625.385	12.920.806	962.929
São Paulo	3.367.993.602	130.941.489	695.847.410	118.132.500	18.201.773
Tocantins	102.699.662	6.964.847	12.935.668	3.886.843	1.437.492
Justiça Estadual	14.970.262.812	706.087.364	2.024.432.776	776.724.521	303.437.531

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos



Glossário:

DRH - Despesa com Recursos Humanos

Fórmula: $DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão:** As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais, adicionais, abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DBen - Despesas com Benefícios:** As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DEnc - Despesas com Encargos:** As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários:** As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e estagiários, incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- **Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas com recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), atinentes a magistrados e servidores ativos e a servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

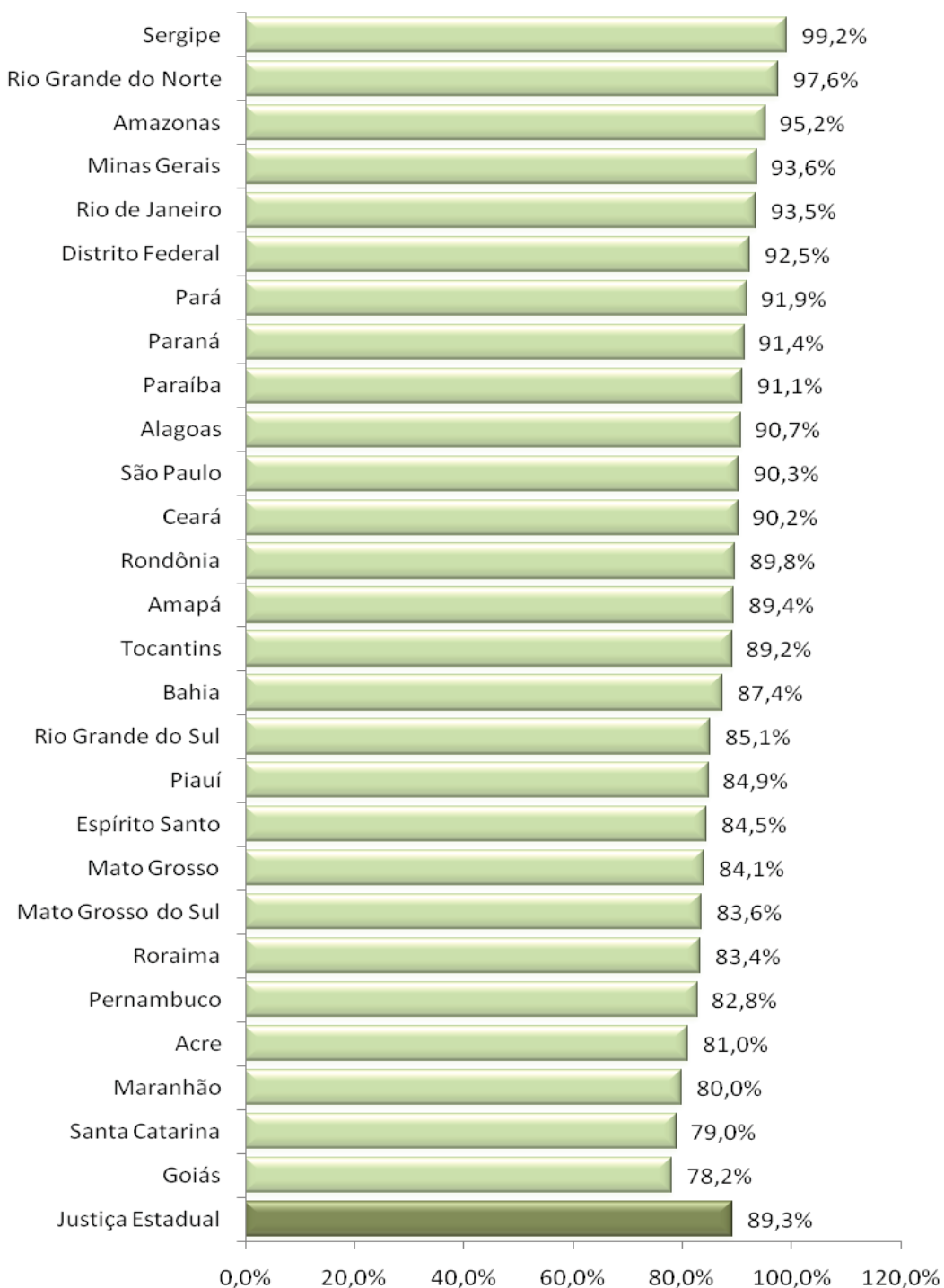
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DRH - Despesa com Recursos Humanos	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	100.239.833	123.699.007	81,0%
Alagoas	165.909.808	182.968.208	90,7%
Amazonas	248.963.646	261.407.712	95,2%
Amapá	125.497.225	140.308.881	89,4%
Bahia	1.034.275.982	1.182.897.324	87,4%
Ceará	494.829.253	548.332.554	90,2%
Distrito Federal	1.271.038.872	1.374.820.346	92,5%
Espírito Santo	451.746.077	534.411.179	84,5%
Goiás	411.286.125	525.922.596	78,2%
Maranhão	342.741.452	428.514.253	80,0%
Minas Gerais	2.010.420.199	2.147.483.647	93,6%
Mato Grosso do Sul	311.527.485	372.792.075	83,6%
Mato Grosso	430.473.719	511.911.448	84,1%
Pará	401.434.682	436.980.462	91,9%
Paraíba	358.318.140	393.263.659	91,1%
Pernambuco	527.030.439	636.713.086	82,8%
Piauí	165.095.003	194.544.926	84,9%
Paraná	710.661.846	777.472.871	91,4%
Rio de Janeiro	2.004.891.196	2.143.285.372	93,5%
Rio Grande do Norte	346.917.624	355.473.617	97,6%
Rondônia	231.531.356	257.964.349	89,8%
Roraima	61.527.170	73.764.101	83,4%
Rio Grande do Sul	1.256.373.677	1.475.717.414	85,1%
Santa Catarina	606.351.844	767.926.319	79,0%
Sergipe	252.821.065	254.984.999	99,2%
São Paulo	4.331.116.774	4.795.975.135	90,3%
Tocantins	127.924.512	143.478.933	89,2%
Justiça Estadual	18.780.945.004	21.043.014.473	89,3%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $G3 = DRH / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· **DRH - Despesa com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com recursos humanos, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, assistência médica e odontológica, encargos, tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).

· **Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual:** Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

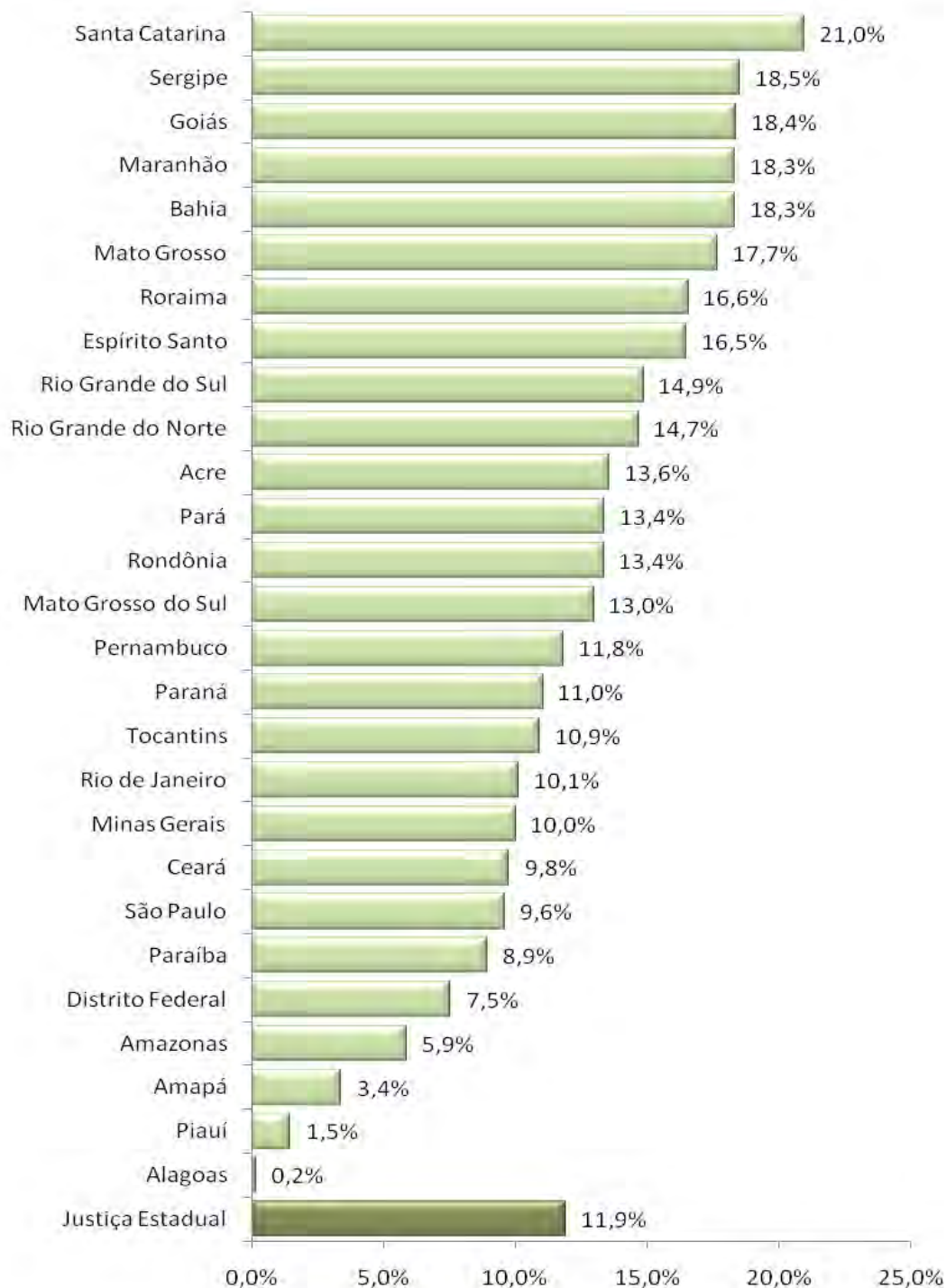
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	16.799.281	123.699.007	13,6%
Alagoas	331.832	182.968.208	0,2%
Amazonas	15.313.882	261.407.712	5,9%
Amapá	4.756.588	140.308.881	3,4%
Bahia	216.790.568	1.182.897.324	18,3%
Ceará	53.503.299	548.332.554	9,8%
Distrito Federal	103.781.475	1.374.820.346	7,5%
Espírito Santo	88.194.074	534.411.179	16,5%
Goiás	96.573.797	525.922.596	18,4%
Maranhão	78.573.644	428.514.253	18,3%
Minas Gerais	215.005.431	2.147.483.647	10,0%
Mato Grosso do Sul	48.393.171	372.792.075	13,0%
Mato Grosso	90.404.770	511.911.448	17,7%
Pará	58.397.749	436.980.462	13,4%
Paraíba	35.179.491	393.263.659	8,9%
Pernambuco	75.346.589	636.713.086	11,8%
Piauí	2.855.096	194.544.926	1,5%
Paraná	85.849.823	777.472.871	11,0%
Rio de Janeiro	216.810.486	2.143.285.372	10,1%
Rio Grande do Norte	52.176.229	355.473.617	14,7%
Rondônia	34.470.599	257.964.349	13,4%
Roraima	12.209.928	73.764.101	16,6%
Rio Grande do Sul	219.343.735	1.475.717.414	14,9%
Santa Catarina	161.016.088	767.926.319	21,0%
Sergipe	47.190.599	254.984.999	18,5%
São Paulo	460.539.680	4.795.975.135	9,6%
Tocantins	15.699.692	143.478.933	10,9%
Justiça Estadual	2.505.507.596	21.043.014.473	11,9%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $G4 = DBS / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital: As despesas com bens e serviços e de capital - incluídas as inscritas em “restos a pagar” -, realizadas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas com bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação).
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

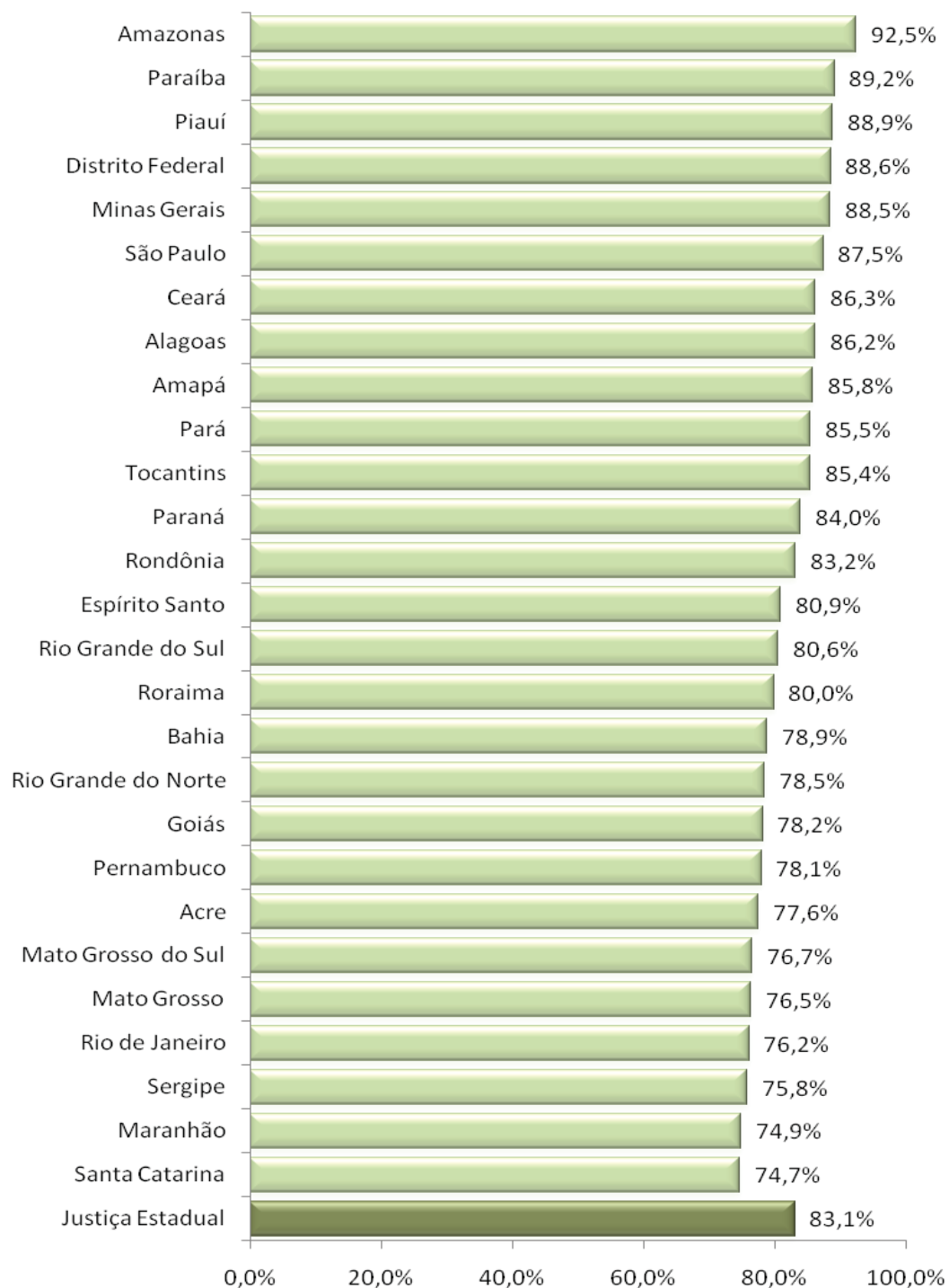
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DPE - Despesa com Pessoal e Encargos	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	95.991.542	123.699.007	77,6%
Alagoas	157.719.546	182.968.208	86,2%
Amazonas	241.693.494	261.407.712	92,5%
Amapá	120.431.744	140.308.881	85,8%
Bahia	933.781.030	1.182.897.324	78,9%
Ceará	473.142.155	548.332.554	86,3%
Distrito Federal	1.218.386.183	1.374.820.346	88,6%
Espírito Santo	432.514.230	534.411.179	80,9%
Goiás	411.286.128	525.922.596	78,2%
Maranhão	320.927.978	428.514.253	74,9%
Minas Gerais	1.901.271.529	2.147.483.647	88,5%
Mato Grosso do Sul	285.800.686	372.792.075	76,7%
Mato Grosso	391.423.535	511.911.448	76,5%
Pará	373.590.765	436.980.462	85,5%
Paraíba	350.596.965	393.263.659	89,2%
Pernambuco	496.969.553	636.713.086	78,1%
Piauí	172.861.451	194.544.926	88,9%
Paraná	653.230.375	777.472.871	84,0%
Rio de Janeiro	1.632.268.804	2.143.285.372	76,2%
Rio Grande do Norte	278.951.869	355.473.617	78,5%
Rondônia	214.695.795	257.964.349	83,2%
Roraima	58.987.323	73.764.101	80,0%
Rio Grande do Sul	1.189.210.612	1.475.717.414	80,6%
Santa Catarina	573.736.586	767.926.319	74,7%
Sergipe	193.365.298	254.984.999	75,8%
São Paulo	4.194.782.501	4.795.975.135	87,5%
Tocantins	122.600.178	143.478.933	85,4%
Justiça Estadual	17.490.217.855	21.043.014.473	83,1%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal e encargos representa em relação à despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $G5 = DPE / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPE - Despesa com Pessoal e Encargos: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, e com instituidores de pensão e servidores requisitados; além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

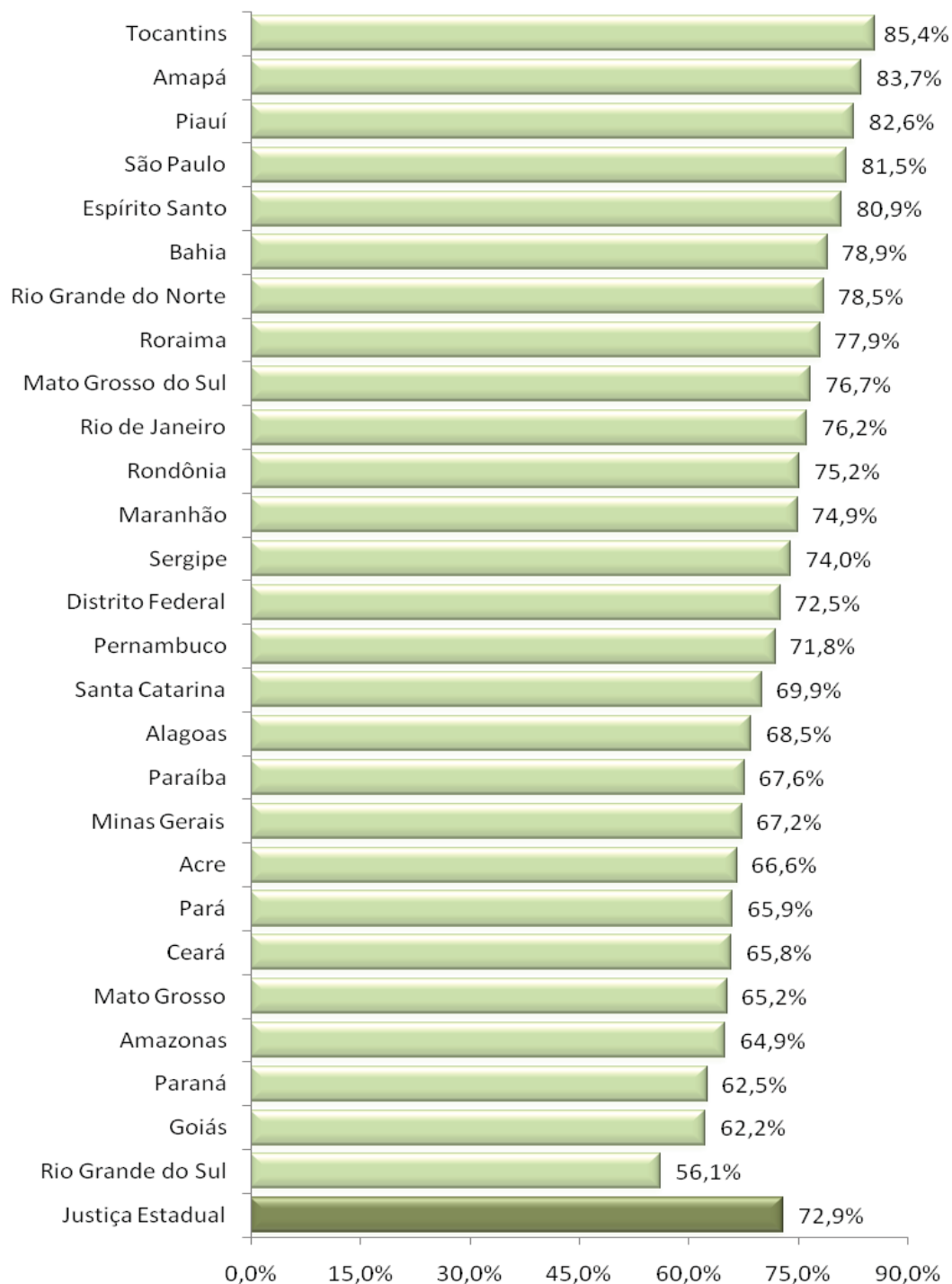
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	82.339.081	123.699.007	66,6%
Alagoas	125.404.656	182.968.208	68,5%
Amazonas	169.723.256	261.407.712	64,9%
Amapá	117.372.109	140.308.881	83,7%
Bahia	933.781.030	1.182.897.324	78,9%
Ceará	360.774.697	548.332.554	65,8%
Distrito Federal	996.472.778	1.374.820.346	72,5%
Espírito Santo	432.514.230	534.411.179	80,9%
Goiás	327.083.054	525.922.596	62,2%
Maranhão	320.927.978	428.514.253	74,9%
Minas Gerais	1.443.765.082	2.147.483.647	67,2%
Mato Grosso do Sul	285.800.686	372.792.075	76,7%
Mato Grosso	333.699.608	511.911.448	65,2%
Pará	288.145.655	436.980.462	65,9%
Paraíba	265.860.365	393.263.659	67,6%
Pernambuco	457.359.428	636.713.086	71,8%
Piauí	160.715.264	194.544.926	82,6%
Paraná	485.937.000	777.472.871	62,5%
Rio de Janeiro	1.632.268.804	2.143.285.372	76,2%
Rio Grande do Norte	278.951.868	355.473.617	78,5%
Rondônia	193.917.243	257.964.349	75,2%
Roraima	57.484.269	73.764.101	77,9%
Rio Grande do Sul	828.560.342	1.475.717.414	56,1%
Santa Catarina	537.058.341	767.926.319	69,9%
Sergipe	188.654.346	254.984.999	74,0%
São Paulo	3.910.624.872	4.795.975.135	81,5%
Tocantins	122.600.178	143.478.933	85,4%
Justiça Estadual	15.337.796.220	21.043.014.473	72,9%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $G5a = DPEA / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo: As despesas efetivamente realizadas no ano-base, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados pela Justiça, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

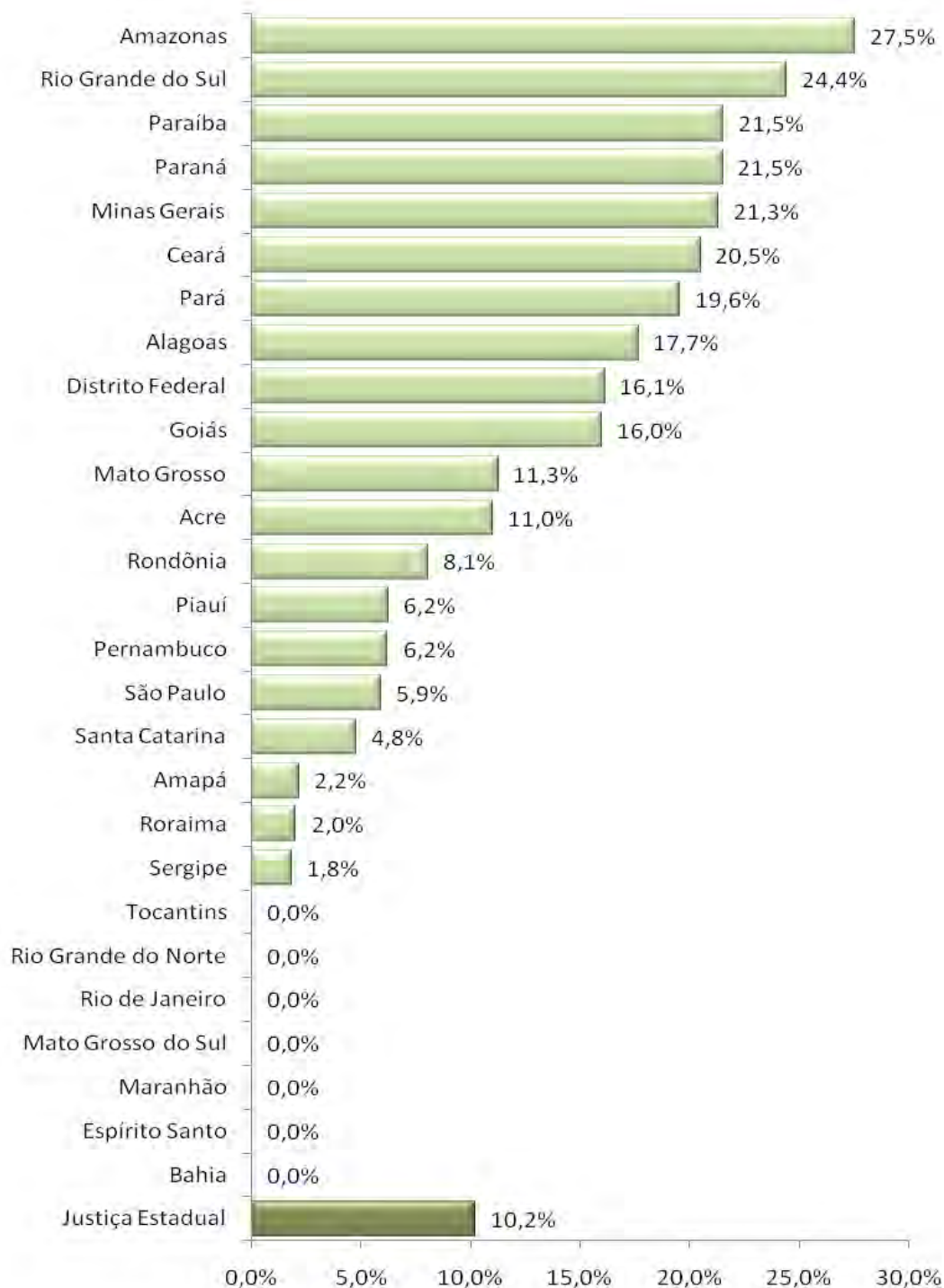
1.1.7 . G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DPeI - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	13.652.461	123.699.007	11,0%
Alagoas	32.314.890	182.968.208	17,7%
Amazonas	71.970.238	261.407.712	27,5%
Amapá	3.059.635	140.308.881	2,2%
Bahia	0	1.182.897.324	0,0%
Ceará	112.367.458	548.332.554	20,5%
Distrito Federal	221.913.405	1.374.820.346	16,1%
Espírito Santo	0	534.411.179	0,0%
Goiás	84.203.073	525.922.596	16,0%
Maranhão	0	428.514.253	0,0%
Minas Gerais	457.506.447	2.147.483.647	21,3%
Mato Grosso do Sul	0	372.792.075	0,0%
Mato Grosso	57.723.926	511.911.448	11,3%
Pará	85.445.110	436.980.462	19,6%
Paraíba	84.736.600	393.263.659	21,5%
Pernambuco	39.610.126	636.713.086	6,2%
Piauí	12.146.187	194.544.926	6,2%
Paraná	167.293.375	777.472.871	21,5%
Rio de Janeiro	0	2.143.285.372	0,0%
Rio Grande do Norte	0	355.473.617	0,0%
Rondônia	20.778.552	257.964.349	8,1%
Roraima	1.503.054	73.764.101	2,0%
Rio Grande do Sul	360.650.269	1.475.717.414	24,4%
Santa Catarina	36.678.245	767.926.319	4,8%
Sergipe	4.710.952	254.984.999	1,8%
São Paulo	284.157.629	4.795.975.135	5,9%
Tocantins	0	143.478.933	0,0%
Justiça Estadual	2.152.421.632	21.043.014.473	10,2%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e com instituidores de pensão representa em relação à despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $G5b = DPel / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

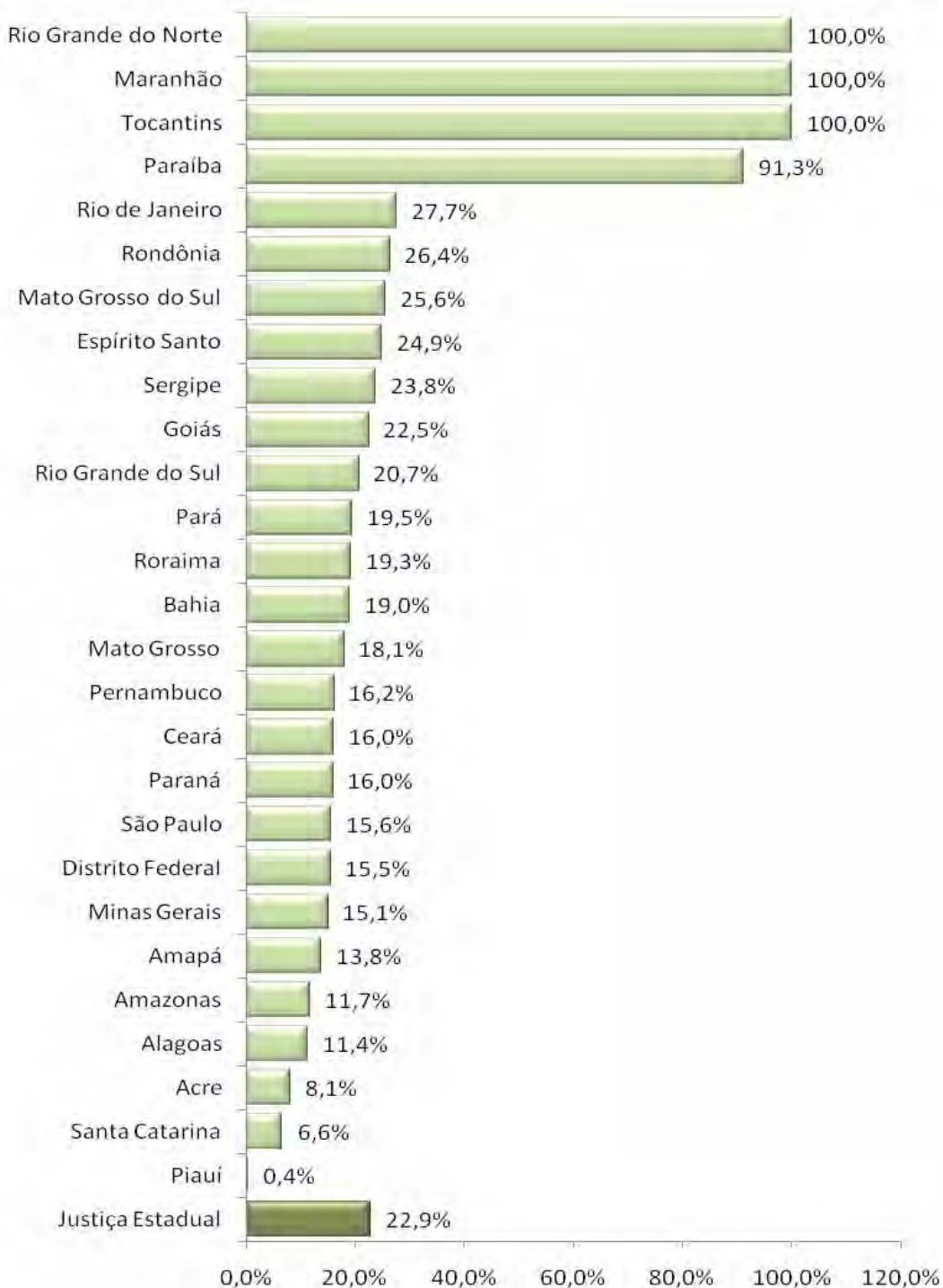
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	DCt - Despesa com Custeio	Dk - Despesa com Capital	G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	123.699.007	3.657.339	6.314.380	8,1%
Alagoas	182.968.208	20.488.984	331.832	11,4%
Amazonas	261.407.712	29.597.851	1.069.576	11,7%
Amapá	140.308.881	19.407.571	0	13,8%
Bahia	1.182.897.324	183.942.130	40.795.755	19,0%
Ceará	548.332.554	72.373.994	15.528.912	16,0%
Distrito Federal	1.374.820.346	157.479.187	56.132.337	15,5%
Espírito Santo	534.411.179	97.659.938	35.259.609	24,9%
Goiás	525.922.596	54.251.701	64.267.755	22,5%
Maranhão	428.514.253	376.944.556	51.569.696	100,0%
Minas Gerais	2.147.483.647	225.771.298	98.382.822	15,1%
Mato Grosso do Sul	372.792.075	73.354.616	22.236.906	25,6%
Mato Grosso	511.911.448	85.460.282	7.015.630	18,1%
Pará	436.980.462	65.951.769	19.260.663	19,5%
Paraíba	393.263.659	351.419.009	7.524.785	91,3%
Pernambuco	636.713.086	66.943.909	36.457.268	16,2%
Piauí	194.544.926	427.127	260.135	0,4%
Paraná	777.472.871	99.384.264	24.858.232	16,0%
Rio de Janeiro	2.143.285.372	499.874.223	93.020.680	27,7%
Rio Grande do Norte	355.473.617	343.929.544	11.544.073	100,0%
Rondônia	257.964.349	51.398.689	16.754.286	26,4%
Roraima	73.764.101	10.746.252	3.453.434	19,3%
Rio Grande do Sul	1.475.717.414	180.609.239	125.151.302	20,7%
Santa Catarina	767.926.319	30.921.441	19.929.044	6,6%
Sergipe	254.984.999	51.269.178	9.325.069	23,8%
São Paulo	4.795.975.135	709.602.832	40.180.987	15,6%
Tocantins	143.478.933	135.239.124	8.239.808	100,0%
Justiça Estadual	21.043.014.473	3.998.106.047	814.864.976	22,9%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as atinentes a pessoal e a encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $G6 = DCCa / Dpj$ $DCCa = DCt + Dk$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual:** Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- **DCt - Despesa com Custeio:** As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos relativos a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **Dk - Despesa com Capital:** As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

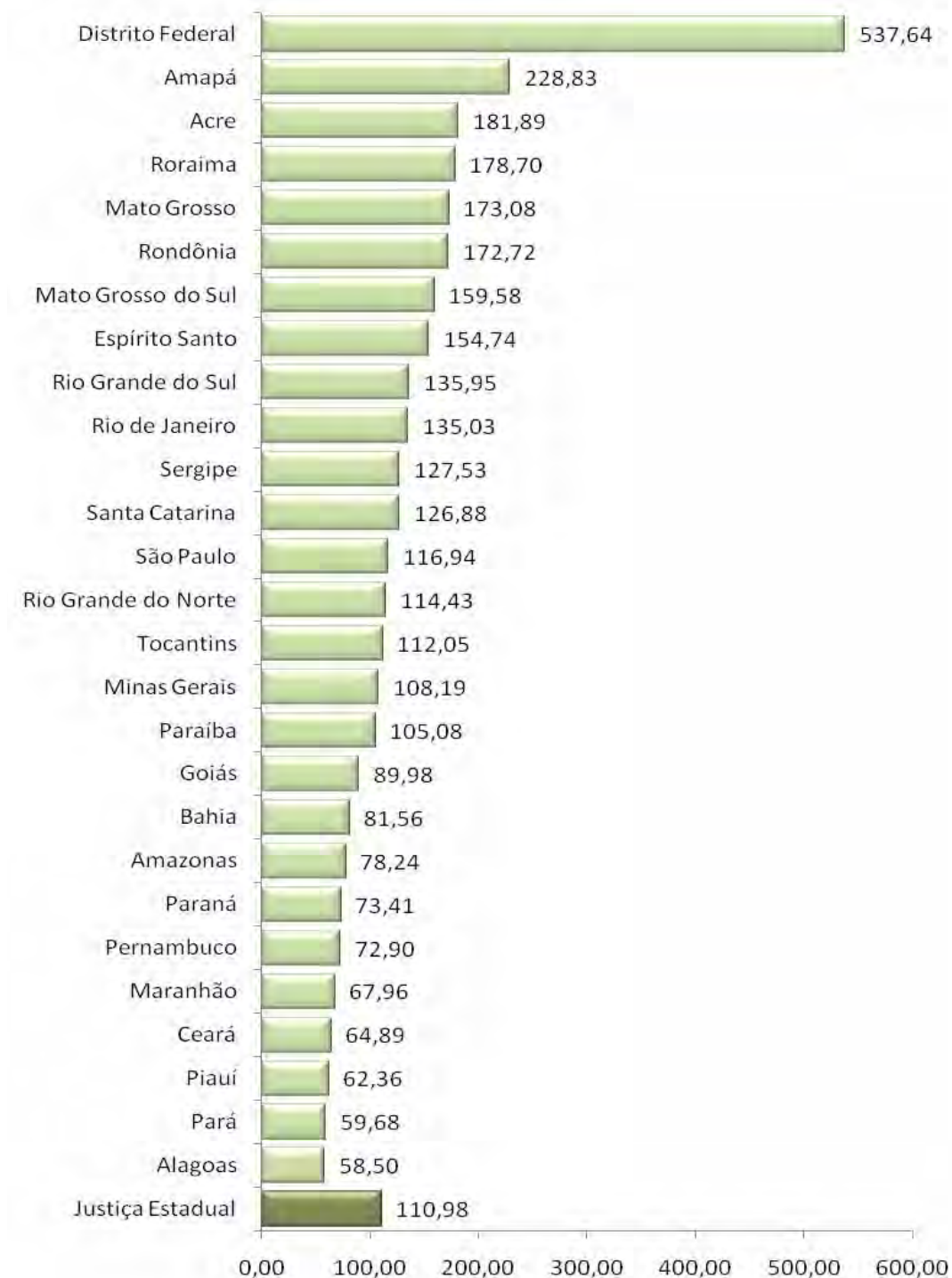
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante (R\$)

Tabela 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante (R\$)

Tribunal de Justiça	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	h1 - Número de Habitantes	G7 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante (R\$)
Acre	123.699.007	680.073	181,89
Alagoas	182.968.208	3.127.557	58,50
Amazonas	261.407.712	3.341.096	78,24
Amapá	140.308.881	613.164	228,83
Bahia	1.182.897.324	14.502.575	81,56
Ceará	548.332.554	8.450.527	64,89
Distrito Federal	1.374.820.346	2.557.158	537,64
Espírito Santo	534.411.179	3.453.648	154,74
Goiás	525.922.596	5.844.996	89,98
Maranhão	428.514.253	6.305.539	67,96
Minas Gerais	2.147.483.647	19.850.072	108,19
Mato Grosso do Sul	372.792.075	2.336.058	159,58
Mato Grosso	511.911.448	2.957.732	173,08
Pará	436.980.462	7.321.493	59,68
Paraíba	393.263.659	3.742.606	105,08
Pernambuco	636.713.086	8.734.194	72,90
Piauí	194.544.926	3.119.697	62,36
Paraná	777.472.871	10.590.169	73,41
Rio de Janeiro	2.143.285.372	15.872.362	135,03
Rio Grande do Norte	355.473.617	3.106.430	114,43
Rondônia	257.964.349	1.493.566	172,72
Roraima	73.764.101	412.783	178,70
Rio Grande do Sul	1.475.717.414	10.855.214	135,95
Santa Catarina	767.926.319	6.052.587	126,88
Sergipe	254.984.999	1.999.374	127,53
São Paulo	4.795.975.135	41.011.635	116,94
Tocantins	143.478.933	1.280.509	112,05
Justiça Estadual	21.043.014.473	189.612.814	110,98

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante (R\$)



Glossário:

G7 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante (R\$)

Finalidade: Medir a despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e das respectivas unidades vinculadas em relação à população do Estado no ano-base.

Fórmula: $G7 = Dpj / h1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- h1 - Número de Habitantes: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

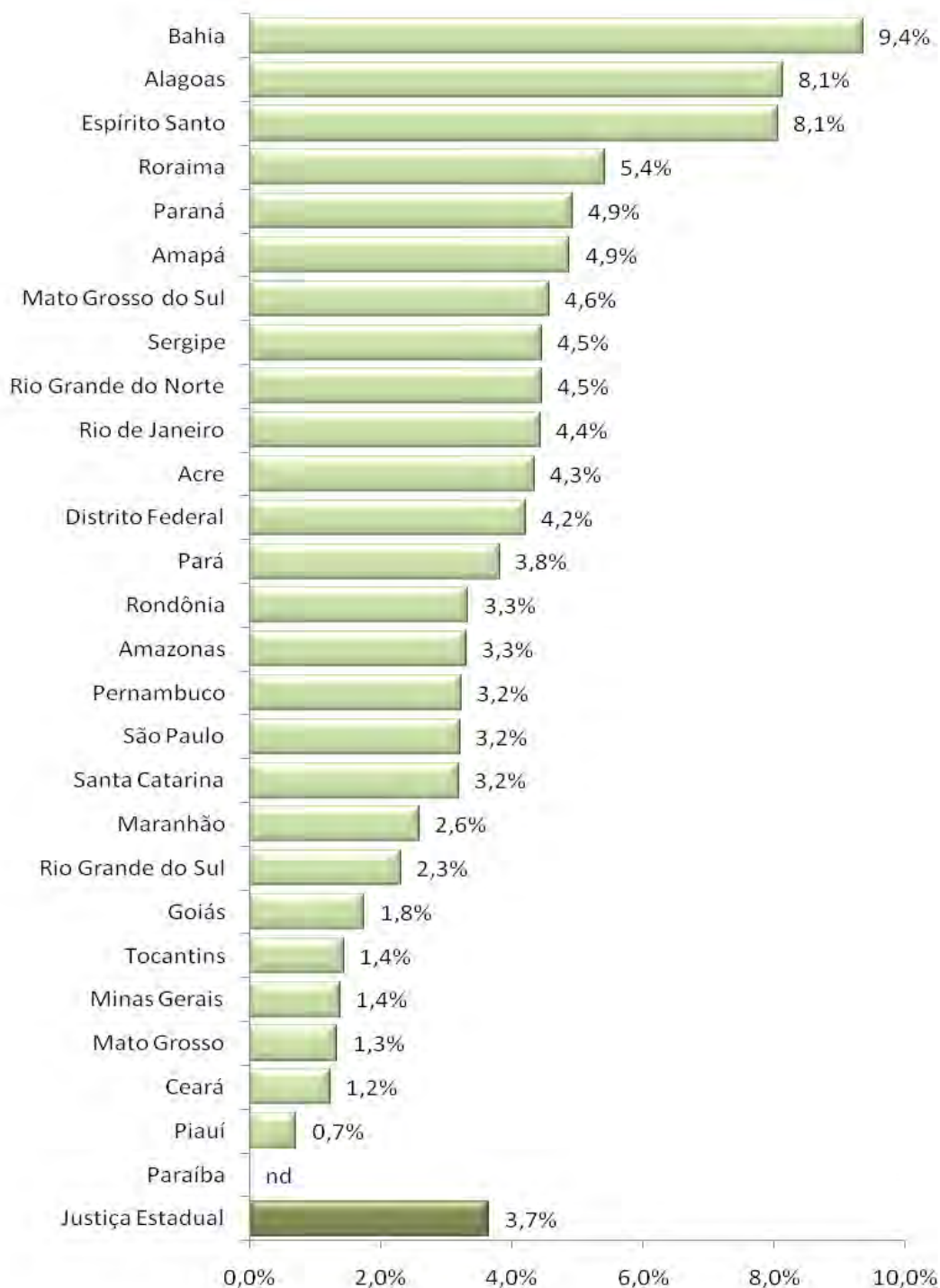
Tabela 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Estadual	DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Estadual	DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Estadual	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	753.374	3.874.769	746.067	123.699.007	4,3%
Alagoas	1.430.111	8.898.122	4.547.223	182.968.208	8,1%
Amazonas	2.541.741	4.199.273	1.911.768	261.407.712	3,3%
Amapá	1.060.323	5.765.897	25.646	140.308.881	4,9%
Bahia	13.477.458	63.072.948	34.114.566	1.182.897.324	9,4%
Ceará	1.768.165	3.000.295	2.041.081	548.332.554	1,2%
Distrito Federal	6.614.506	31.340.452	20.060.134	1.374.820.346	4,2%
Espírito Santo	2.122.756	21.833.315	19.078.998	534.411.179	8,1%
Goiás	3.432.919	4.011.493	1.768.319	525.922.596	1,8%
Maranhão	1.035.492	2.699.622	7.379.459	428.514.253	2,6%
Minas Gerais	11.987.509	10.961.362	6.910.991	2.147.483.647	1,4%
Mato Grosso do Sul	9.919.202	5.776.874	1.368.465	372.792.075	4,6%
Mato Grosso	3.880.919	161.360	2.814.449	511.911.448	1,3%
Pará	5.273.558	7.746.560	3.671.245	436.980.462	3,8%
Paraíba	nd	nd	nd	393.263.659	nd
Pernambuco	14.881.627	3.682.226	2.034.960	636.713.086	3,2%
Piauí	96.679	1.174.841	129.600	194.544.926	0,7%
Paraná	12.109.057	19.718.294	6.547.408	777.472.871	4,9%
Rio de Janeiro	17.384.679	39.238.834	38.638.697	2.143.285.372	4,4%
Rio Grande do Norte	6.596.915	6.378.311	2.859.131	355.473.617	4,5%
Rondônia	329.608	5.741.071	2.533.262	257.964.349	3,3%
Roraima	631.182	1.532.013	1.832.867	73.764.101	5,4%
Rio Grande do Sul	12.897.549	8.154.740	12.985.348	1.475.717.414	2,3%
Santa Catarina	7.388.474	12.490.372	4.638.479	767.926.319	3,2%
Sergipe	5.107.187	6.015.752	242.874	254.984.999	4,5%
São Paulo	91.045.297	18.981.784	44.340.393	4.795.975.135	3,2%
Tocantins	967.058	1.107.956	0	143.478.933	1,4%
Justiça Estadual	234.733.345	297.558.536	223.221.430	21.043.014.473	3,7%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Indicar o que a despesa com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) representa em relação à despesa total de cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $\text{Inf1} = (\text{DInf1} + \text{DInf2} + \text{DInf3}) / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de software (pronto) e hardware de informática na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive as empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Estadual: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), inclusive as empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

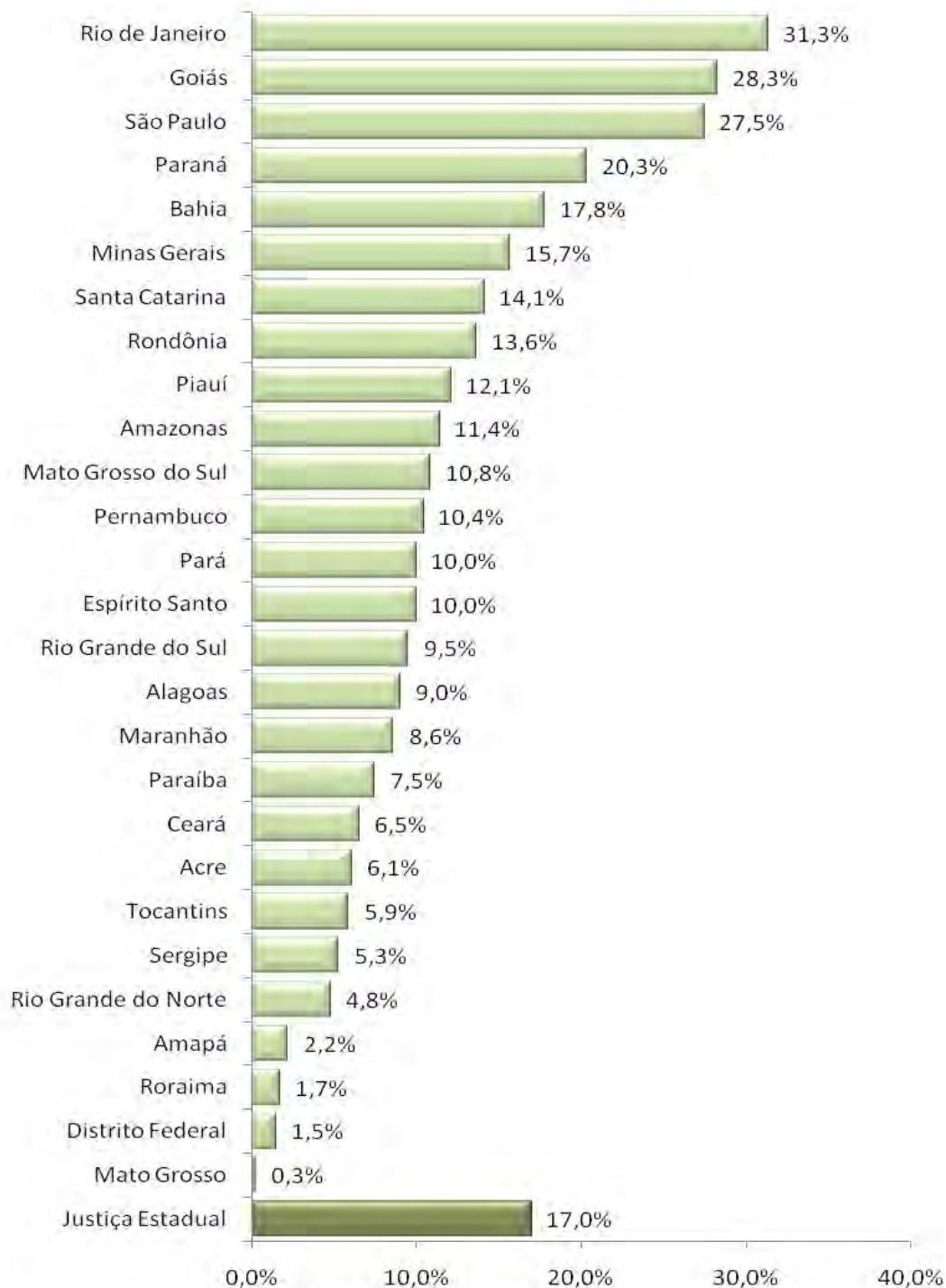
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	R - Recolhimentos Diversos	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	7.541.890	123.699.007	6,1%
Alagoas	16.483.377	182.968.208	9,0%
Amazonas	29.862.500	261.407.712	11,4%
Amapá	3.079.033	140.308.881	2,2%
Bahia	210.473.725	1.182.897.324	17,8%
Ceará	35.752.819	548.332.554	6,5%
Distrito Federal	20.306.376	1.374.820.346	1,5%
Espírito Santo	53.305.844	534.411.179	10,0%
Goiás	148.735.206	525.922.596	28,3%
Maranhão	36.831.887	428.514.253	8,6%
Minas Gerais	336.549.853	2.147.483.647	15,7%
Mato Grosso do Sul	40.422.913	372.792.075	10,8%
Mato Grosso	1.372.448	511.911.448	0,3%
Pará	43.648.697	436.980.462	10,0%
Paraíba	29.380.447	393.263.659	7,5%
Pernambuco	66.421.793	636.713.086	10,4%
Piauí	23.529.916	194.544.926	12,1%
Paraná	158.170.443	777.472.871	20,3%
Rio de Janeiro	671.699.023	2.143.285.372	31,3%
Rio Grande do Norte	17.113.488	355.473.617	4,8%
Rondônia	35.179.650	257.964.349	13,6%
Roraima	1.259.369	73.764.101	1,7%
Rio Grande do Sul	140.297.375	1.475.717.414	9,5%
Santa Catarina	108.572.084	767.926.319	14,1%
Sergipe	13.490.427	254.984.999	5,3%
São Paulo	1.317.360.458	4.795.975.135	27,5%
Tocantins	8.427.771	143.478.933	5,9%
Justiça Estadual	3.575.268.812	21.043.014.473	17,0%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Indicar o que o montante de arrecadação com custas e emolumentos pela Justiça Estadual representa em relação à despesa total de cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

Fórmula: $I1 = R / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- R - Recolhimentos Diversos: Todos os recolhimentos arrecadados pela Justiça com custas (incluindo as da fase de execução) e emolumentos no ano-base e eventuais taxas.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.12. I2 - Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual

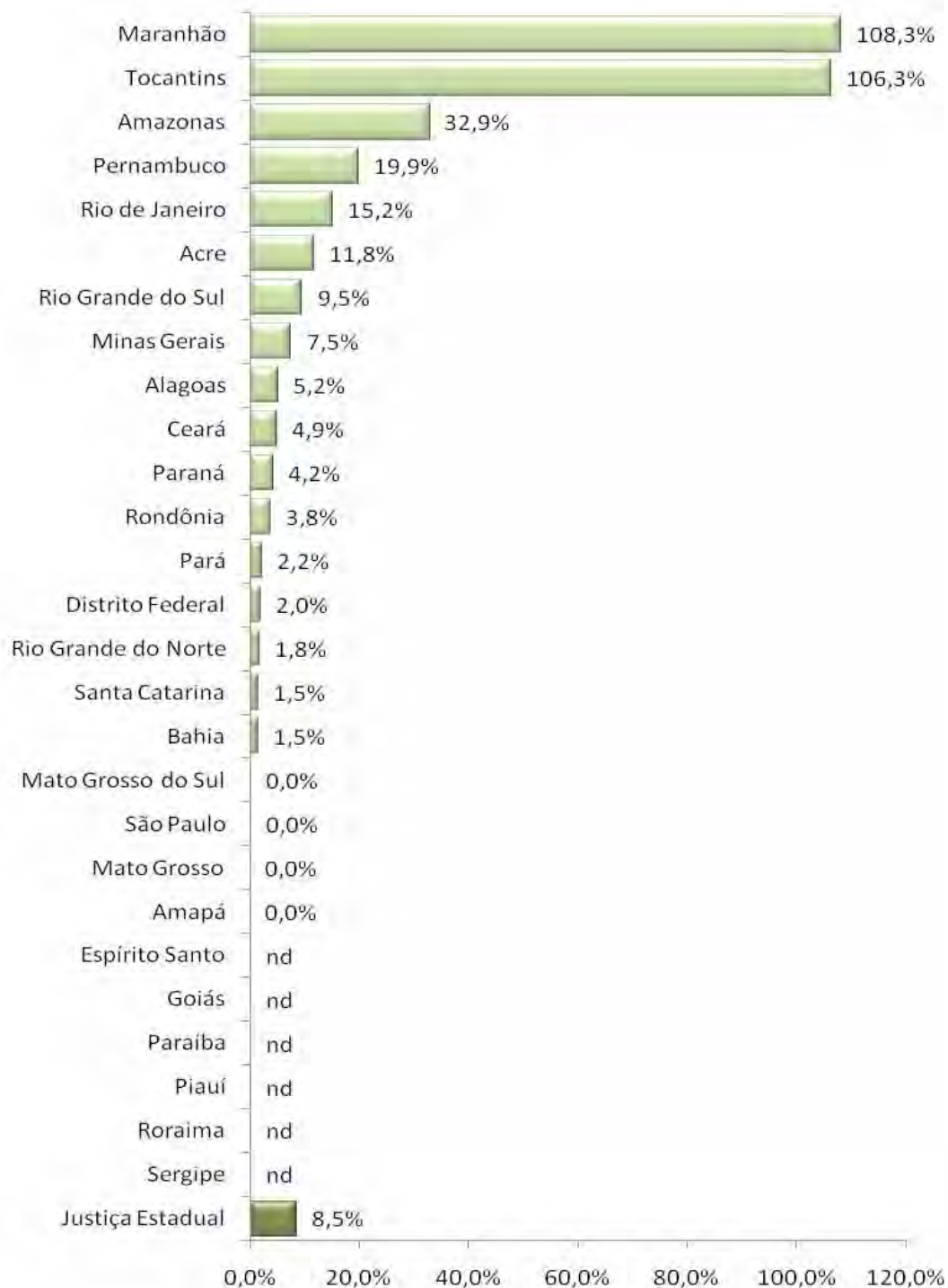
Tabela 1.13 I2 - Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	REF - Receita decorrente de Execuções Fiscais	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	I2 - Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	14.542.395	123.699.007	11,8%
Alagoas	9.428.722	182.968.208	5,2%
Amazonas	86.097.352	261.407.712	32,9%
Amapá	0	140.308.881	0,0%
Bahia	17.332.636	1.182.897.324	1,5%
Ceará	26.794.048	548.332.554	4,9%
Distrito Federal	27.470.201	1.374.820.346	2,0%
Espírito Santo	nd	534.411.179	nd
Goiás	nd	525.922.596	nd
Maranhão	464.007.907	428.514.253	108,3%
Minas Gerais	161.281.631	2.147.483.647	7,5%
Mato Grosso do Sul	165.935	372.792.075	0,0%
Mato Grosso	0	511.911.448	0,0%
Pará	9.516.772	436.980.462	2,2%
Paraíba	nd	393.263.659	nd
Pernambuco	126.628.583	636.713.086	19,9%
Piauí	nd	194.544.926	nd
Paraná	32.872.593	777.472.871	4,2%
Rio de Janeiro	325.218.455	2.143.285.372	15,2%
Rio Grande do Norte	6.423.352	355.473.617	1,8%
Rondônia	9.749.336	257.964.349	3,8%
Roraima	nd	73.764.101	nd
Rio Grande do Sul	140.801.511	1.475.717.414	9,5%
Santa Catarina	11.603.739	767.926.319	1,5%
Sergipe	nd	254.984.999	nd
São Paulo	914.049	4.795.975.135	0,0%
Tocantins	152.578.772	143.478.933	106,3%
Justiça Estadual	1.623.427.989	21.043.014.473	8,5%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.13 I2 - Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I2 - Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Indicar o que a receita de execução fiscal da Justiça Estadual representa em relação à despesa total de cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

Fórmula: $I2 = REF / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- REF - Receita decorrente de Execuções Fiscais: As receitas transferidas aos cofres públicos em decorrência da atividade de execução fiscal da Justiça Estadual no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.13. I2a - Arrecadação com Execução Fiscal e Impostos causa mortis em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual

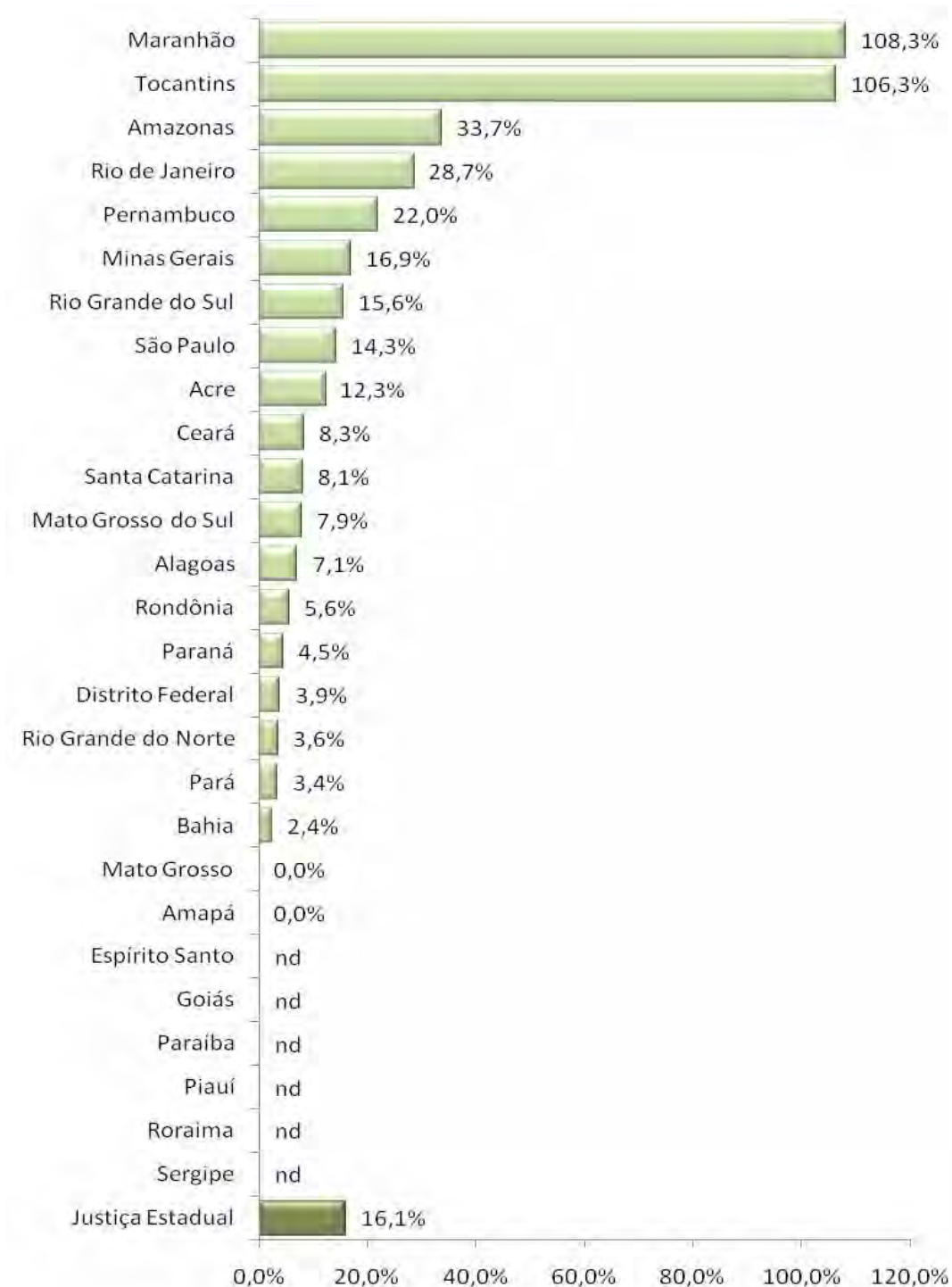
Tabela 1.14 I2a - Arrecadação com Execução Fiscal e Impostos causa mortis em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	REF - Receita decorrente de Execuções Fiscais	RICM - Receitas de Imposto Causa Mortis nos inventários/arrolamentos	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	I2a - Arrecadação com Execução Fiscal e Impostos causa mortis em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	14.542.395	729.908	123.699.007	12,3%
Alagoas	9.428.722	3.490.746	182.968.208	7,1%
Amazonas	86.097.352	2.121.287	261.407.712	33,7%
Amapá	0	0	140.308.881	0,0%
Bahia	17.332.636	10.800.960	1.182.897.324	2,4%
Ceará	26.794.048	18.572.218	548.332.554	8,3%
Distrito Federal	27.470.201	25.732.341	1.374.820.346	3,9%
Espírito Santo	nd	nd	534.411.179	nd
Goiás	nd	nd	525.922.596	nd
Maranhão	464.007.907	0	428.514.253	108,3%
Minas Gerais	161.281.631	202.524.964	2.147.483.647	16,9%
Mato Grosso do Sul	165.935	29.113.241	372.792.075	7,9%
Mato Grosso	0	0	511.911.448	0,0%
Pará	9.516.772	5.474.458	436.980.462	3,4%
Paraíba	nd	nd	393.263.659	nd
Pernambuco	126.628.583	13.411.446	636.713.086	22,0%
Piauí	nd	nd	194.544.926	nd
Paraná	32.872.593	2.288.382	777.472.871	4,5%
Rio de Janeiro	325.218.455	289.581.082	2.143.285.372	28,7%
Rio Grande do Norte	6.423.352	6.376.045	355.473.617	3,6%
Rondônia	9.749.336	4.648.765	257.964.349	5,6%
Roraima	nd	nd	73.764.101	nd
Rio Grande do Sul	140.801.511	89.437.294	1.475.717.414	15,6%
Santa Catarina	11.603.739	50.964.699	767.926.319	8,1%
Sergipe	nd	nd	254.984.999	nd
São Paulo	914.049	685.769.625	4.795.975.135	14,3%
Tocantins	152.578.772	0	143.478.933	106,3%
Justiça Estadual	1.623.427.989	1.441.037.461	21.043.014.473	16,1%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.14 12a - Arrecadação com Execução Fiscal e Impostos causa mortis em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I2a - Arrecadação com Execução Fiscal e Impostos causa mortis em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Indicar o montante da arrecadação decorrente da execução fiscal e dos impostos causa mortis em relação à despesa total de cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias.

Fórmula: $I2a = (REF + RICM) / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- REF - Receita decorrente de Execuções Fiscais: As receitas transferidas aos cofres públicos em decorrência da atividade de execução fiscal da Justiça Estadual no ano-base.
- RICM - Receitas de Imposto Causa Mortis nos inventários/ arrolamentos: Receitas transferidas aos cofres públicos decorrentes do imposto causa mortis nos inventários/arrolamentos no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.14. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

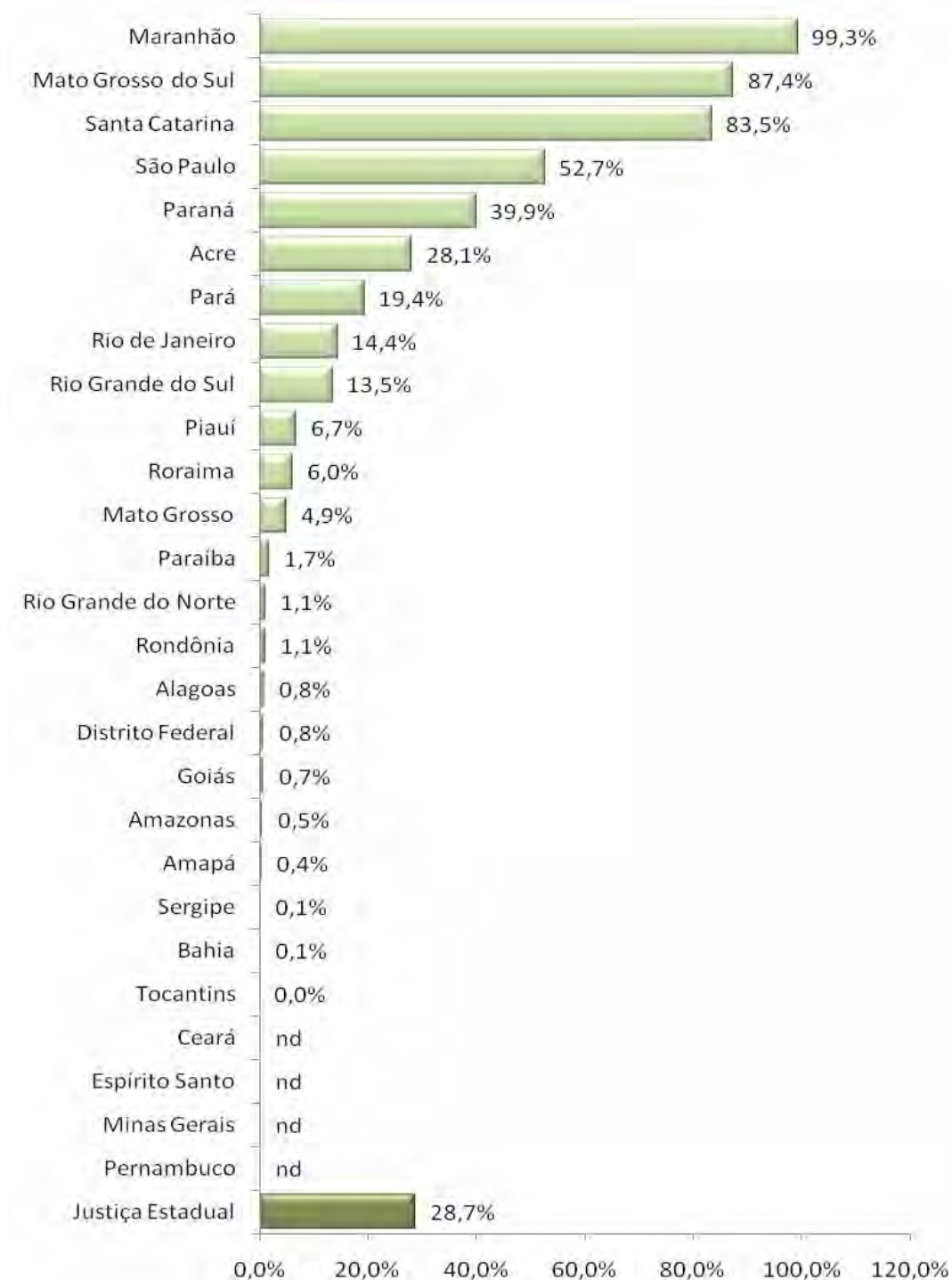
Tabela 1.15 I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	34.739.961	123.699.007	28,1%
Alagoas	1.452.355	182.968.208	0,8%
Amazonas	1.361.231	261.407.712	0,5%
Amapá	523.314	140.308.881	0,4%
Bahia	680.057	1.182.897.324	0,1%
Ceará	nd	548.332.554	nd
Distrito Federal	10.407.912	1.374.820.346	0,8%
Espírito Santo	nd	534.411.179	nd
Goiás	3.853.212	525.922.596	0,7%
Maranhão	425.495.687	428.514.253	99,3%
Minas Gerais	nd	2.147.483.647	nd
Mato Grosso do Sul	325.775.429	372.792.075	87,4%
Mato Grosso	24.933.061	511.911.448	4,9%
Pará	84.589.761	436.980.462	19,4%
Paraíba	6.850.000	393.263.659	1,7%
Pernambuco	nd	636.713.086	nd
Piauí	13.098.222	194.544.926	6,7%
Paraná	310.577.103	777.472.871	39,9%
Rio de Janeiro	309.056.884	2.143.285.372	14,4%
Rio Grande do Norte	3.835.312	355.473.617	1,1%
Rondônia	2.770.342	257.964.349	1,1%
Roraima	4.459.963	73.764.101	6,0%
Rio Grande do Sul	198.858.308	1.475.717.414	13,5%
Santa Catarina	640.971.871	767.926.319	83,5%
Sergipe	299.115	254.984.999	0,1%
São Paulo	2.528.060.227	4.795.975.135	52,7%
Tocantins	0	143.478.933	0,0%
Justiça Estadual	4.932.649.327	21.043.014.473	28,7%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.15 15 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores pagos aos jurisdicionados em decorrência da atividade da Justiça Estadual representa em relação à despesa total de cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no exercício.

Fórmula: $I5 = VPag / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados: Total dos valores pagos aos demandantes em decorrência da atividade da Justiça Estadual durante o ano-base, inclusive os decorrentes de Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV's). Excluem-se os valores atinentes aos executivos fiscais (estaduais e municipais) e aos recolhimentos previdenciários.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em "restos a pagar", excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.15. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

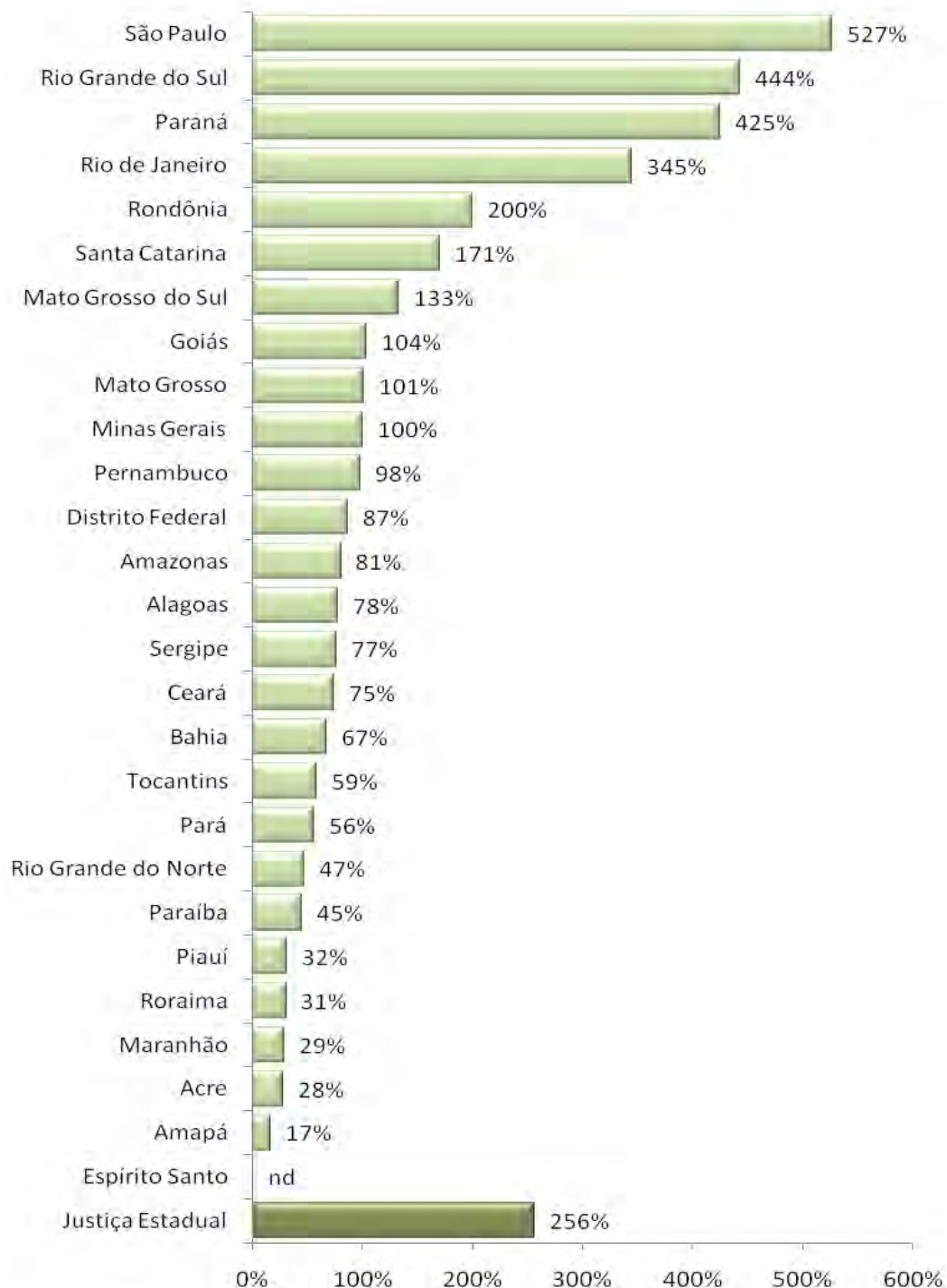
Tabela 1.16 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	I6 - Saldo de Depósitos Judiciais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	34.739.961	123.699.007	28%
Alagoas	143.068.631	182.968.208	78%
Amazonas	211.187.974	261.407.712	81%
Amapá	24.104.545	140.308.881	17%
Bahia	796.051.043	1.182.897.324	67%
Ceará	409.686.840	548.332.554	75%
Distrito Federal	1.190.318.875	1.374.820.346	87%
Espírito Santo	nd	534.411.179	nd
Goiás	545.857.666	525.922.596	104%
Maranhão	124.318.328	428.514.253	29%
Minas Gerais	2.147.483.647	2.147.483.647	100%
Mato Grosso do Sul	497.556.149	372.792.075	133%
Mato Grosso	518.787.417	511.911.448	101%
Pará	246.281.301	436.980.462	56%
Paraíba	176.040.223	393.263.659	45%
Pernambuco	626.197.964	636.713.086	98%
Piauí	61.716.327	194.544.926	32%
Paraná	3.303.253.892	777.472.871	425%
Rio de Janeiro	7.396.555.469	2.143.285.372	345%
Rio Grande do Norte	167.279.973	355.473.617	47%
Rondônia	516.612.229	257.964.349	200%
Roraima	22.901.758	73.764.101	31%
Rio Grande do Sul	6.544.983.583	1.475.717.414	444%
Santa Catarina	1.310.017.613	767.926.319	171%
Sergipe	195.298.598	254.984.999	77%
São Paulo	25.264.852.601	4.795.975.135	527%
Tocantins	84.491.346	143.478.933	59%
Justiça Estadual	52.559.643.953	21.043.014.473	256%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.16 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I6 - Saldo de Depósitos Judiciais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos judiciais pela Justiça Estadual no final do ano-base representa em relação à despesa total de cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias.

Fórmula: $I6 = \text{DepJud} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais: Saldo total de depósitos judiciais no final do ano-base, incluindo os depósitos dos executivos fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

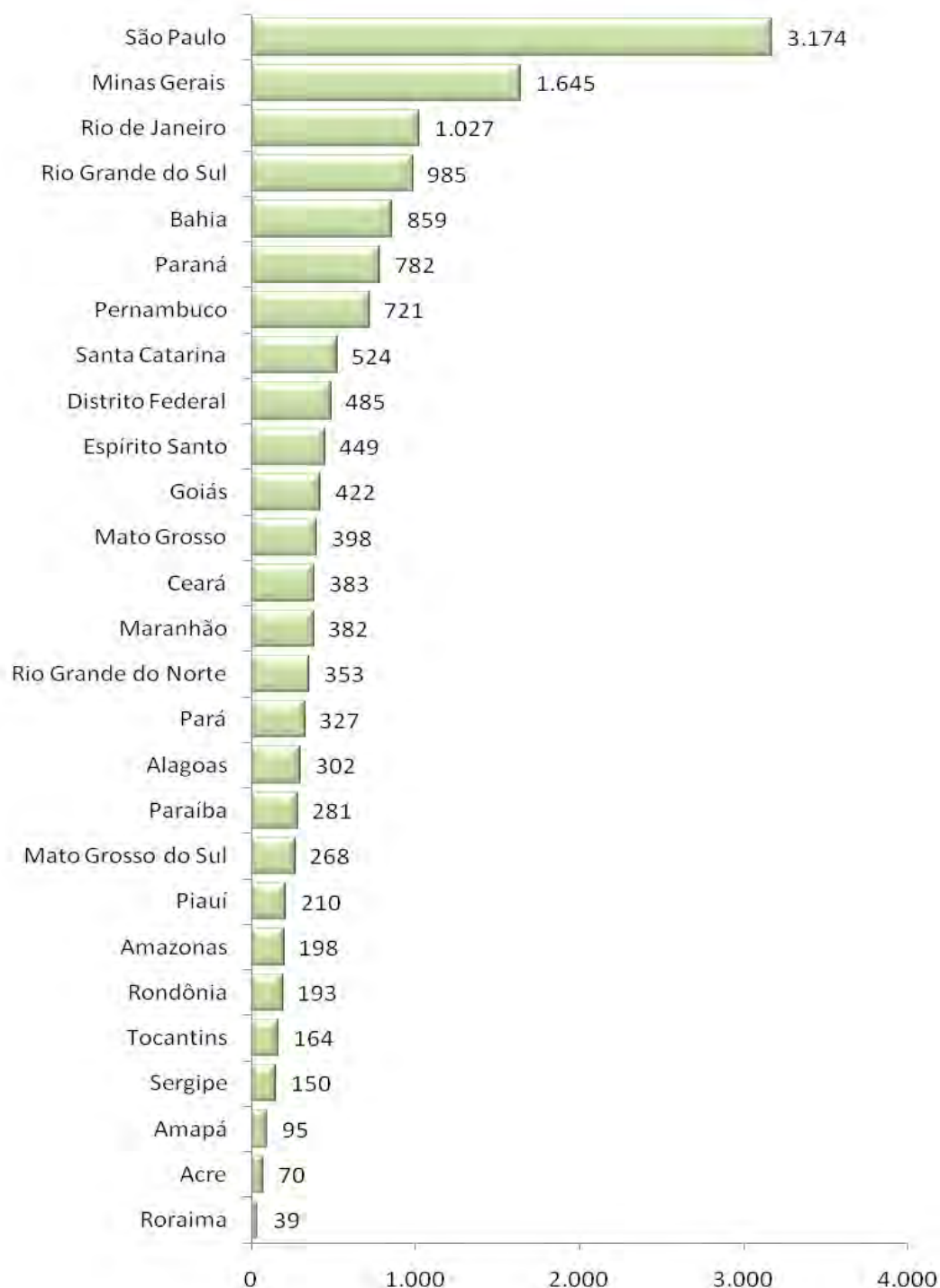
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tabela 1.17 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tribunal de Justiça	MagE2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	MagESub2º - Número de Cargos Existentes de Juiz Substituto no 2º Grau	MagE1º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau	MagEJe - Número de Cargos Existentes de Magistrado nos Juizados Especiais	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes
Acre	9	0	55	6	70
Alagoas	15	0	267	20	302
Amazonas	19	0	152	27	198
Amapá	9	0	86	0	95
Bahia	35	0	755	69	859
Ceará	34	0	312	37	383
Distrito Federal	35	0	422	28	485
Espírito Santo	26	0	375	48	449
Goiás	36	16	293	77	422
Maranhão	24	0	323	35	382
Minas Gerais	140	0	1.360	145	1.645
Mato Grosso do Sul	30	0	220	18	268
Mato Grosso	30	9	267	92	398
Pará	30	0	274	23	327
Paraíba	19	1	236	25	281
Pernambuco	39	0	682	0	721
Piauí	17	0	166	27	210
Paraná	120	53	545	64	782
Rio de Janeiro	180	0	753	94	1.027
Rio Grande do Norte	15	0	298	40	353
Rondônia	17	0	158	18	193
Roraima	7	0	28	4	39
Rio Grande do Sul	140	0	823	22	985
Santa Catarina	50	24	429	21	524
Sergipe	13	0	122	15	150
São Paulo	360	85	2.599	130	3.174
Tocantins	12	0	135	17	164
Justiça Estadual	1.461	188	12.135	1.102	14.886

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.17 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes



Glossário:

MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $\text{MagE} = \text{MagE2}^\circ + \text{MagESub2}^\circ + \text{MagE1}^\circ + \text{MagEJE}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagE2º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Estadual no final do período-base (semestre), providos ou não. Excluem-se os Juízes Substitutos em 2º grau.
- **MagESub2º** - Número de Cargos Existentes de Juiz Substituto no 2º Grau: Número de cargos de Juiz Substituto existentes no 2º Grau da Justiça Estadual no final do período-base (semestre), providos ou não. Não havendo o cargo de Juiz Substituto em 2º grau, o campo deve ser preenchido com o valor igual a 0 (zero).
- **MagE1º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes, providos ou não, no 1º Grau da Justiça Estadual no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- **MagEJe** - Número de Cargos Existentes de Magistrado nos Juizados Especiais: Número de cargos de Magistrados existentes, providos ou não, nos Juizados Especiais exclusivos no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

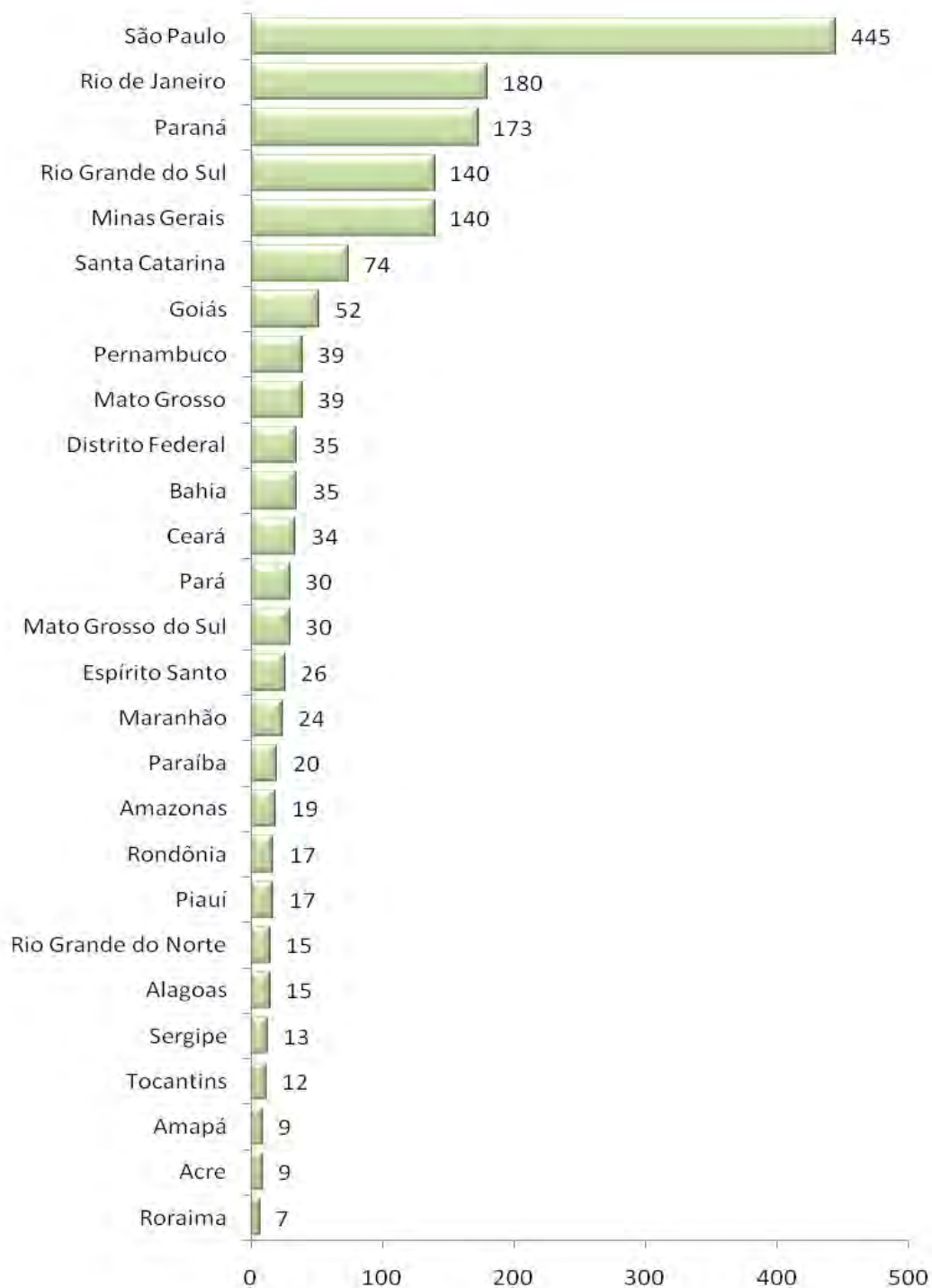
1.2.2. Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau

Tabela 1.18 Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau

Tribunal de Justiça	MagE2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	MagESub2º - Número de Cargos Existentes de Juiz Substituto no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau
Acre	9	0	9
Alagoas	15	0	15
Amazonas	19	0	19
Amapá	9	0	9
Bahia	35	0	35
Ceará	34	0	34
Distrito Federal	35	0	35
Espírito Santo	26	0	26
Goiás	36	16	52
Maranhão	24	0	24
Minas Gerais	140	0	140
Mato Grosso do Sul	30	0	30
Mato Grosso	30	9	39
Pará	30	0	30
Paraíba	19	1	20
Pernambuco	39	0	39
Piauí	17	0	17
Paraná	120	53	173
Rio de Janeiro	180	0	180
Rio Grande do Norte	15	0	15
Rondônia	17	0	17
Roraima	7	0	7
Rio Grande do Sul	140	0	140
Santa Catarina	50	24	74
Sergipe	13	0	13
São Paulo	360	85	445
Tocantins	12	0	12
Justiça Estadual	1.461	188	1.649

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.18 Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau



Glossário:

Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de magistrados com atuação em cada um dos Tribunais Estaduais no final período-base (semestre).

Fórmula: $\text{Mag2º} = \text{MagE2º} + \text{MagESub2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- MagE2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Estadual no final do período-base (semestre), providos ou não. Excluem-se os Juízes Substitutos em 2º grau.
- MagESub2º - Número de Cargos Existentes de Juiz Substituto no 2º Grau: Número de cargos de Juiz Substituto existentes no 2º Grau da Justiça Estadual no final do período-base (semestre), providos ou não. Não havendo o cargo de Juiz Substituto em 2º grau, o campo deve ser preenchido com o valor igual a 0 (zero).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

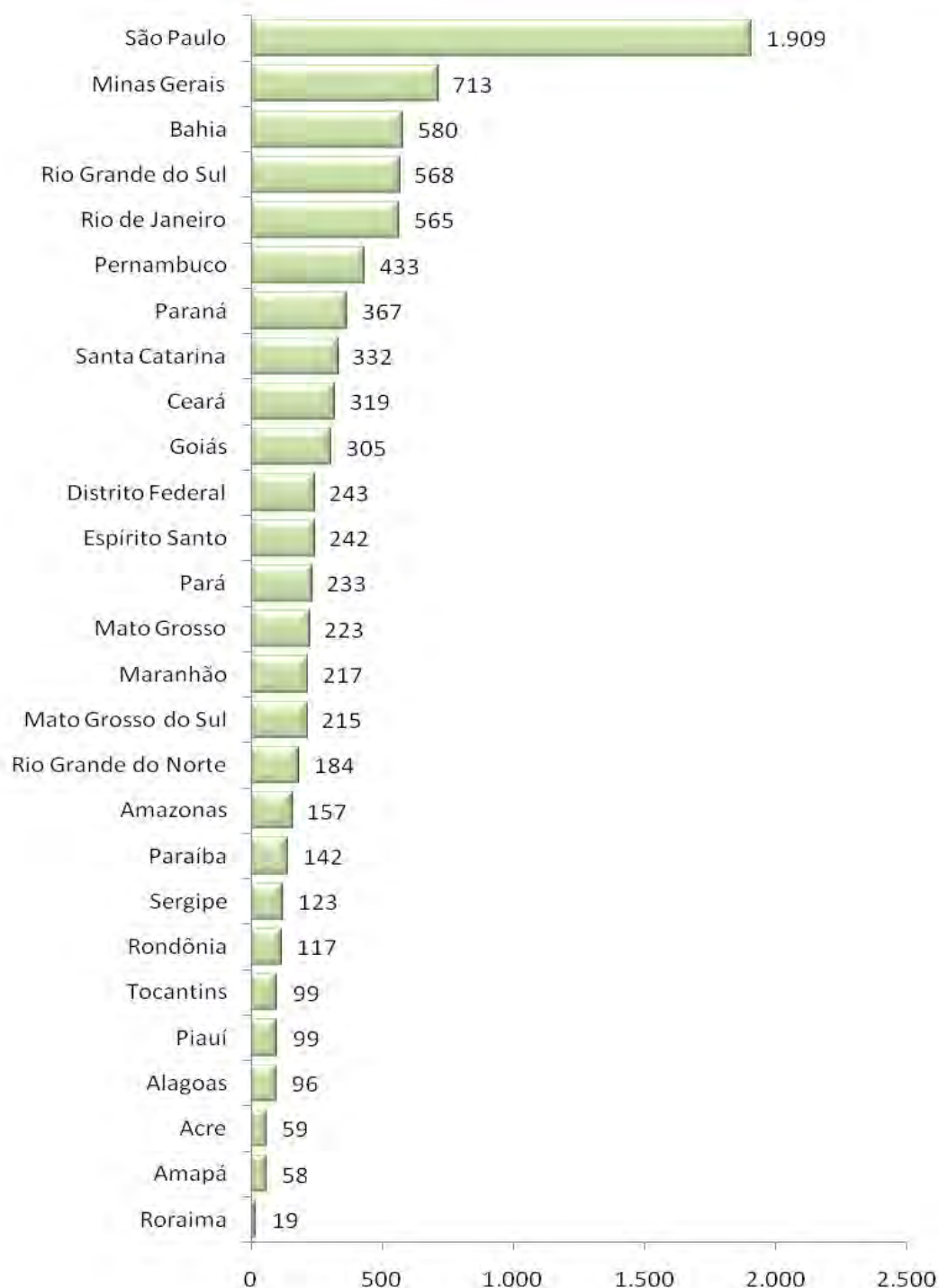
1.2.3. Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau

Tabela 1.19 Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau

Tribunal de Justiça	MagPAe1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau com Atuação Exclusiva	MagPAJe1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Juizados Especiais	MagPAcTr1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Turmas Recursais	MagAJ1º - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau
Acre	49	0	10	0	59
Alagoas	93	0	8	5	96
Amazonas	140	5	12	0	157
Amapá	52	0	6	0	58
Bahia	493	89	0	2	580
Ceará	302	0	18	1	319
Distrito Federal	244	0	1	2	243
Espírito Santo	175	73	7	13	242
Goiás	250	4	52	1	305
Maranhão	201	0	18	2	217
Minas Gerais	373	0	346	6	713
Mato Grosso do Sul	164	53	0	2	215
Mato Grosso	131	87	9	4	223
Pará	190	37	8	2	233
Paraíba	93	0	54	5	142
Pernambuco	374	37	46	24	433
Piauí	89	4	9	3	99
Paraná	210	159	0	2	367
Rio de Janeiro	552	36	6	29	565
Rio Grande do Norte	180	8	6	10	184
Rondônia	103	14	4	4	117
Roraima	19	0	0	0	19
Rio Grande do Sul	390	196	0	18	568
Santa Catarina	178	146	18	10	332
Sergipe	122	0	4	3	123
São Paulo	522	768	630	11	1.909
Tocantins	96	0	6	3	99
Justiça Estadual	5.785	1.716	1.278	162	8.617

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.19 Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau



Glossário:

Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de magistrados com atuação no 1º grau da Justiça Estadual no final período-base (semestre), inclusive aqueles que acumulam função em Juizados Especiais ou em Turmas Recursais.

Fórmula: $\text{Mag1}^\circ = \text{MagPAe1}^\circ + \text{MagPAcJE1}^\circ + \text{MagPAcTR1}^\circ - \text{MagAJ1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagPAe1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau com Atuação Exclusiva: Número de Magistrados com atuação exclusiva no 1º Grau da Justiça Estadual no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos. Excluem-se os magistrados que atuam cumulativamente em Juizado Especial ou em Turma Recursal.
- **MagPAcJE1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Juizados Especiais: Número de Magistrados do 1º Grau da Justiça Estadual, que acumulam função em Juizado Especial, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- **MagPAcTr1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Turmas Recursais: Número de Magistrados do 1º Grau da Justiça Estadual, que acumulam função em Turma Recursal, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- **MagAJ1º** - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau: Número de Magistrados da Justiça Estadual afastados da jurisdição de 1º grau durante todo o período-base (semestre), incluindo os convocados para outros órgãos. Consideram-se também aqueles que teriam atuação cumulativa nos Juizados Especiais.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

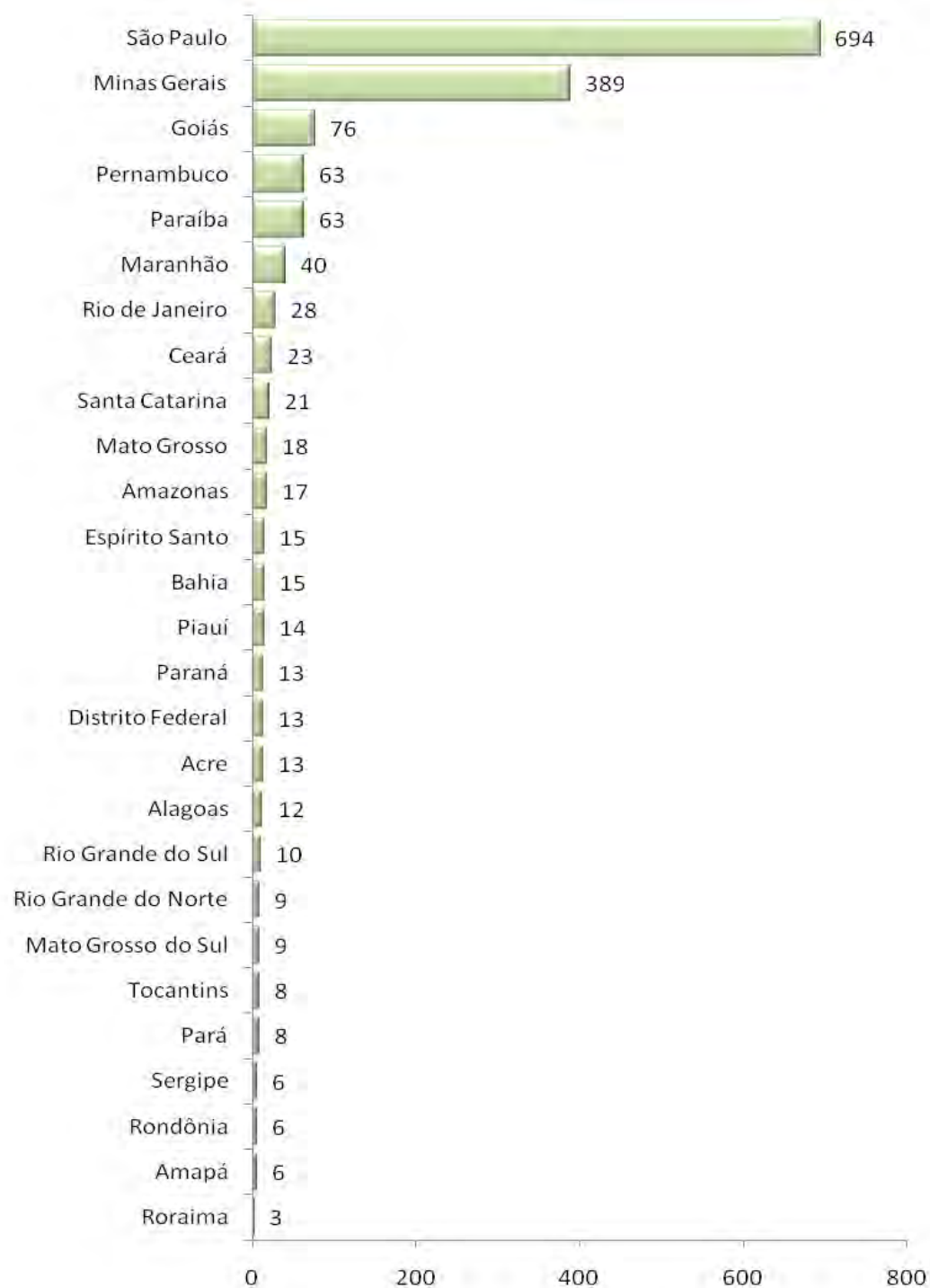
1.2.4. MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais

Tabela 1.20 MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais

Tribunal de Justiça	MagPAeTr - Número de Cargos Providos de Magistrado nas Turmas Recursais com atuação exclusiva	MagPACTr1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Turmas Recursais	MagPACTrJe - Número de Cargos Providos de Magistrado nos Juizados Especiais que Acumulam Função em Turmas Recursais	MagAJTR - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição nas Turmas Recursais	MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais
Acre	0	10	3	0	13
Alagoas	0	8	4	0	12
Amazonas	0	12	5	0	17
Amapá	0	6	0	0	6
Bahia	15	0	0	0	15
Ceará	0	18	5	0	23
Distrito Federal	0	1	12	0	13
Espírito Santo	0	7	8	0	15
Goiás	0	52	24	0	76
Maranhão	0	18	22	0	40
Minas Gerais	0	346	43	0	389
Mato Grosso do Sul	0	0	9	0	9
Mato Grosso	0	9	9	0	18
Pará	0	8	0	0	8
Paraíba	0	54	9	0	63
Pernambuco	0	46	17	0	63
Piauí	0	9	5	0	14
Paraná	7	0	6	0	13
Rio de Janeiro	21	6	1	0	28
Rio Grande do Norte	0	6	3	0	9
Rondônia	0	4	2	0	6
Roraima	0	0	3	0	3
Rio Grande do Sul	12	0	0	2	10
Santa Catarina	0	18	3	0	21
Sergipe	0	4	2	0	6
São Paulo	0	630	64	0	694
Tocantins	0	6	2	0	8
Justiça Estadual	55	1.278	261	2	1.592

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.20 MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais



Glossário:

MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais

Finalidade: Indicar o número de magistrados com atuação nas Turmas Recursais no final período-base (semestre), inclusive aqueles que acumulam função em 1º grau ou em Turmas Recursais.

Fórmula: $\text{MagTR} = \text{MagPAeTR} + \text{MagPAcTR1}^\circ + \text{MagPAcTRJE} - \text{MagAJTR}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagPAeTr** - Número de Cargos Providos de Magistrado nas Turmas Recursais com atuação exclusiva: Número de magistrados com atuação exclusiva nas Turmas Recursais no final do período-base (semestre). Excluem-se os que atuam cumulativamente nos Juizados Especiais ou no 1º grau.
- **MagPAcTr1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Turmas Recursais: Número de Magistrados do 1º Grau da Justiça Estadual, que acumulam função em Turma Recursal, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- **MagPAcTrJe** - Número de Cargos Providos de Magistrado nos Juizados Especiais que Acumulam Função em Turmas Recursais: Número de Magistrados dos Juizados Especiais, que acumulam função em Turma Recursal, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- **MagAJTR** - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição nas Turmas Recursais: Número de Magistrados afastados da jurisdição da Turma Recursal durante todo o período-base (semestre), incluindo os convocados para outros órgãos. Consideram-se apenas aqueles que teriam atuação exclusiva na própria Turma.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

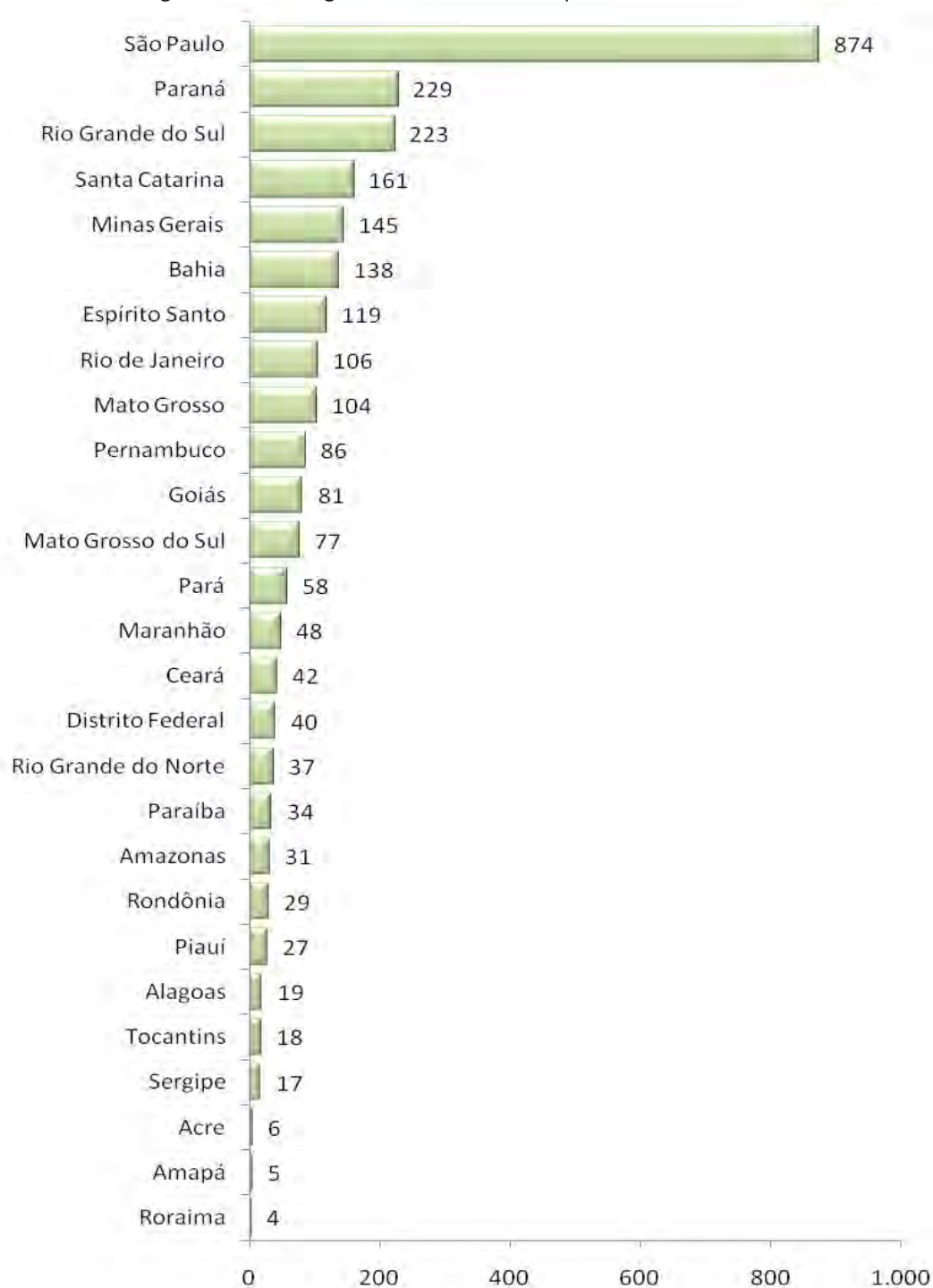
1.2.5. MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais

Tabela 1.21 MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	MagPAeJe - Número de Cargos Providos nos Juizados Especiais com Atuação Exclusiva	MagPAJe1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Juizados Especiais	MagPAcTrJe - Número de Cargos Providos de Magistrado nos Juizados Especiais que Acumulam Função em Turmas Recursais	MagAJJE - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição nos Juizados Especiais	MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais
Acre	3	0	3	0	6
Alagoas	16	0	4	1	19
Amazonas	22	5	5	1	31
Amapá	5	0	0	0	5
Bahia	49	89	0	0	138
Ceará	37	0	5	0	42
Distrito Federal	28	0	12	0	40
Espírito Santo	40	73	8	2	119
Goiás	53	4	24	0	81
Maranhão	28	0	22	2	48
Minas Gerais	102	0	43	0	145
Mato Grosso do Sul	15	53	9	0	77
Mato Grosso	8	87	9	0	104
Pará	21	37	0	0	58
Paraíba	25	0	9	0	34
Pernambuco	32	37	17	0	86
Piauí	18	4	5	0	27
Paraná	64	159	6	0	229
Rio de Janeiro	71	36	1	2	106
Rio Grande do Norte	28	8	3	2	37
Rondônia	13	14	2	0	29
Roraima	1	0	3	0	4
Rio Grande do Sul	27	196	0	0	223
Santa Catarina	21	146	3	9	161
Sergipe	15	0	2	0	17
São Paulo	43	768	64	1	874
Tocantins	16	0	2	0	18
Justiça Estadual	801	1.716	261	20	2.758

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.21 MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais



Glossário:

MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de magistrados com atuação nos Juizados Especiais no final período-base (semestre), inclusive aqueles que acumulam função em 1º grau ou em Turmas Recursais.

Fórmula: $\text{MagJE} = \text{MagPAeJE} + \text{MagPAcJE1º} + \text{MagPAcTRJE} - \text{MagAJJE}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagPAeJe** - Número de Cargos Providos de Magistrado nos Juizados Especiais com Atuação Exclusiva: Número de Magistrados com atuação exclusiva nos Juizados Especiais no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e Juízes Substitutos. Excluem-se os magistrados que atuam cumulativamente em 1º grau ou em Turma Recursal.
- **MagPAcJe1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Juizados Especiais: Número de Magistrados do 1º Grau da Justiça Estadual, que acumulam função em Juizado Especial, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- **MagPAcTrJe** - Número de Cargos Providos de Magistrado nos Juizados Especiais que Acumulam Função em Turmas Recursais: Número de Magistrados dos Juizados Especiais, que acumulam função em Turma Recursal, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- **MagAJJE** - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição nos Juizados Especiais: Número de Magistrados afastados da jurisdição do Juizado Especial durante todo o período-base (semestre), incluindo os convocados para outros órgãos. Consideram-se apenas aqueles que teriam atuação exclusiva no próprio Juizado.

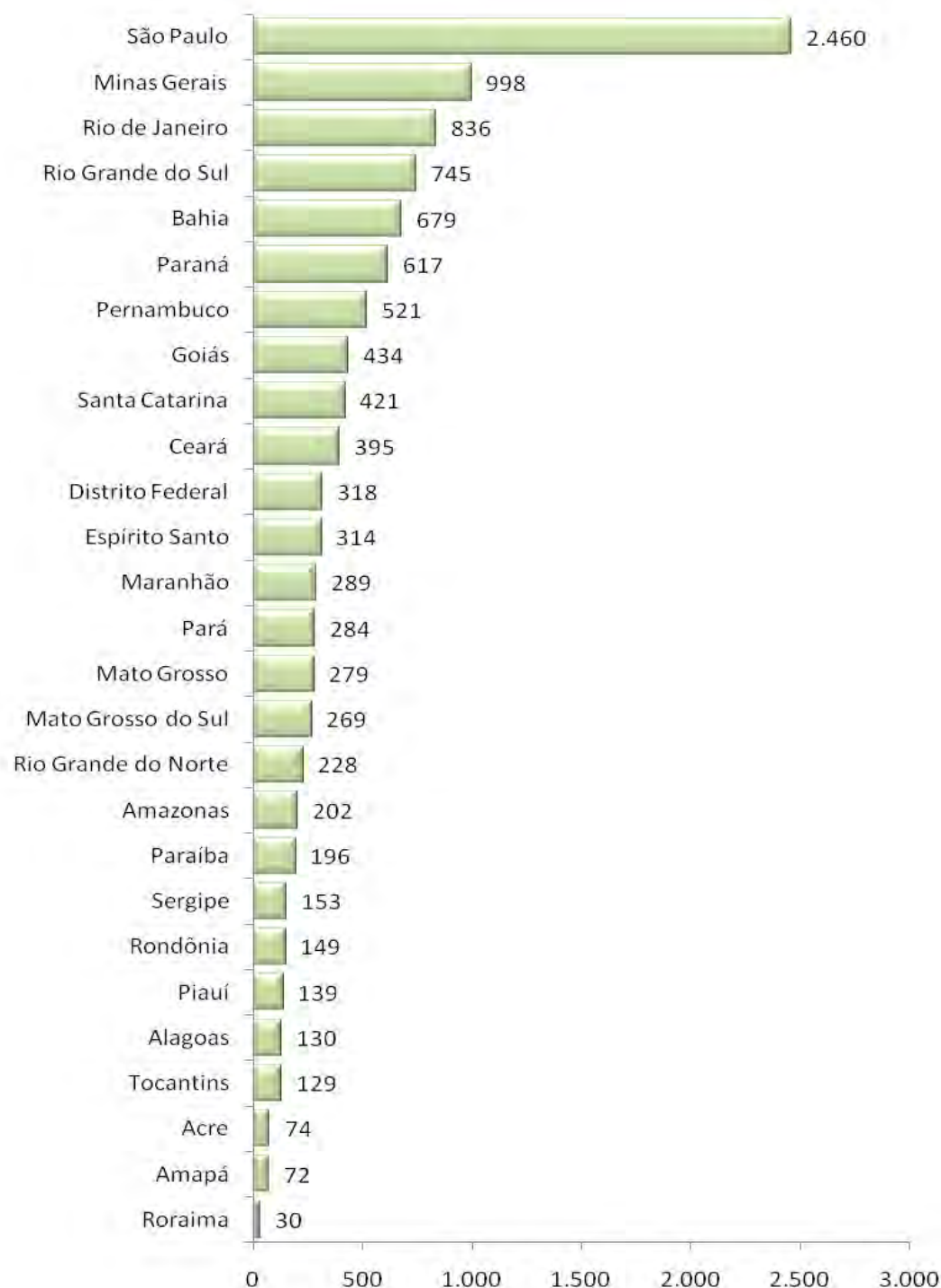
1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.
1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos
1.2.6. Mag - Total de Magistrados

Tabela 1.22 Mag - Total de Magistrados

Tribunal de Justiça	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais	MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais	MagPac1TRJE - Número de Cargos Providos de Magistrado que Acumulam Função no 1º Grau, em Turmas Recursais ou Juizados Especiais	Mag - Total de Magistrados
Acre	9	59	13	6	13	74
Alagoas	15	96	12	19	12	130
Amazonas	19	157	17	31	22	202
Amapá	9	58	6	5	6	72
Bahia	35	580	15	138	89	679
Ceará	34	319	23	42	23	395
Distrito Federal	35	243	13	40	13	318
Espírito Santo	26	242	15	119	88	314
Goiás	52	305	76	81	80	434
Maranhão	24	217	40	48	40	289
Minas Gerais	140	713	389	145	389	998
Mato Grosso do Sul	30	215	9	77	62	269
Mato Grosso	39	223	18	104	105	279
Pará	30	233	8	58	45	284
Paraíba	20	142	63	34	63	196
Pernambuco	39	433	63	86	100	521
Piauí	17	99	14	27	18	139
Paraná	173	367	13	229	165	617
Rio de Janeiro	180	565	28	106	43	836
Rio Grande do Norte	15	184	9	37	17	228
Rondônia	17	117	6	29	20	149
Roraima	7	19	3	4	3	30
Rio Grande do Sul	140	568	10	223	196	745
Santa Catarina	74	332	21	161	167	421
Sergipe	13	123	6	17	6	153
São Paulo	445	1.909	694	874	1.462	2.460
Tocantins	12	99	8	18	8	129
Justiça Estadual	1.649	8.617	1.592	2.758	3.255	11.361

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.22 Mag - Total de Magistrados



Glossário:

Mag - Total de Magistrados

Finalidade: Indicar o número de magistrados com atuação em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $\text{Mag} = \text{Mag2} + \text{Mag1} + \text{MagTR} + \text{MagJE} - \text{MagPAcJE1}^\circ - \text{MagPAcTR1}^\circ - \text{MagPAcTRJE}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Mag2}^\circ = \text{MagE2}^\circ + \text{MagESub2}^\circ$
- $\text{Mag1}^\circ = \text{MagPAe1}^\circ + \text{MagPAcJE1}^\circ + \text{MagPAcTR1}^\circ - \text{MagAJ1}^\circ$
- $\text{MagTR} = \text{MagPAeTR} + \text{MagPAcTR1}^\circ + \text{MagPAcTRJE} - \text{MagAJTR}$
- $\text{MagJE} = \text{MagPAeJE} + \text{MagPAcJE1}^\circ + \text{MagPAcTRJE} - \text{MagAJJE}$
- MagPAc1TRJE - Número de Cargos Providos de Magistrado que Acumulam Função no 1º Grau, em Turmas Recursais ou Juizados Especiais: Número de Magistrados da Justiça Estadual, que acumulam função do 1º Grau, em Turma Recursal ou Juizado Especial, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

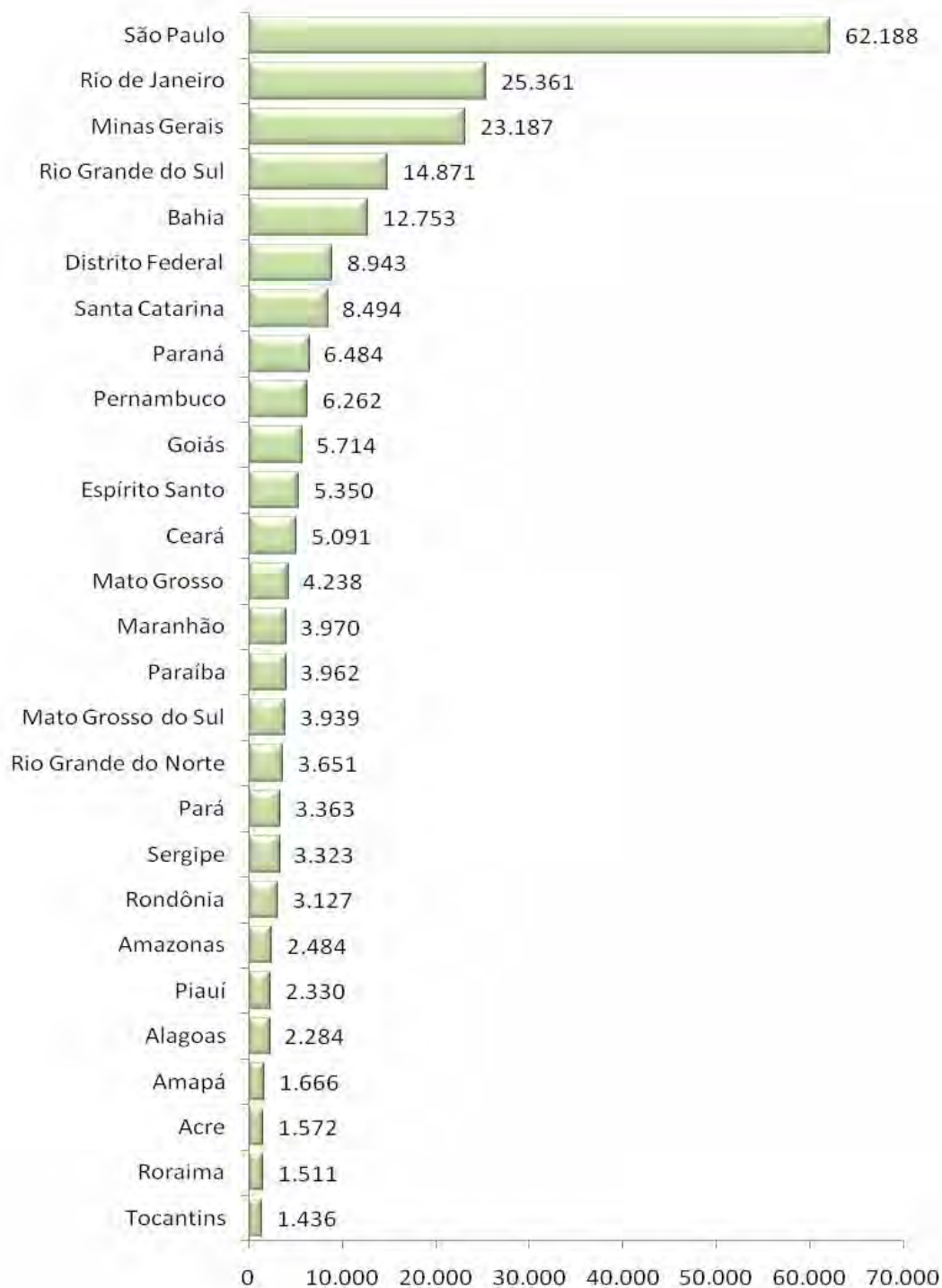
1.2.7. TS - Total de Servidores

Tabela 1.23 TS - Total de Servidores

Tribunal de Justiça	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TS - Total de Servidores
Acre	1.008	24	119	252	217	1.572
Alagoas	1.061	5	105	724	399	2.284
Amazonas	1.780	0	1	459	244	2.484
Amapá	632	21	258	726	71	1.666
Bahia	10.165	35	117	2.256	250	12.753
Ceará	3.005	60	435	1.306	405	5.091
Distrito Federal	5.514	162	173	3.377	41	8.943
Espírito Santo	2.515	27	5	2.009	848	5.350
Goiás	3.921	43	80	899	857	5.714
Maranhão	2.919	28	11	218	850	3.970
Minas Gerais	12.471	150	4	9.840	1.022	23.187
Mato Grosso do Sul	3.069	5	54	611	210	3.939
Mato Grosso	2.563	0	19	1.149	507	4.238
Pará	2.055	14	202	830	290	3.363
Paraíba	2.710	51	734	62	507	3.962
Pernambuco	3.784	81	964	1.419	176	6.262
Piauí	1.221	15	364	305	455	2.330
Paraná	3.068	10	28	2.861	537	6.484
Rio de Janeiro	15.129	53	699	9.313	273	25.361
Rio Grande do Norte	2.024	49	776	720	180	3.651
Rondônia	2.401	3	3	521	205	3.127
Roraima	965	24	37	334	199	1.511
Rio Grande do Sul	7.006	9	133	6.602	1.139	14.871
Santa Catarina	4.546	15	487	2.823	653	8.494
Sergipe	1.997	34	405	666	289	3.323
São Paulo	43.876	247	1.841	16.536	182	62.188
Tocantins	988	29	75	282	120	1.436
Justiça Estadual	142.393	1.194	8.129	67.100	11.126	227.554

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.23 TS - Total de Servidores



Glossário:

TS - Total de Servidores

Finalidade: Indicar o número de servidores em atividade em cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReq - Total de Pessoal Requisitado: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar: Número total de terceirizados e estagiários, juízes leigos e conciliadores do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

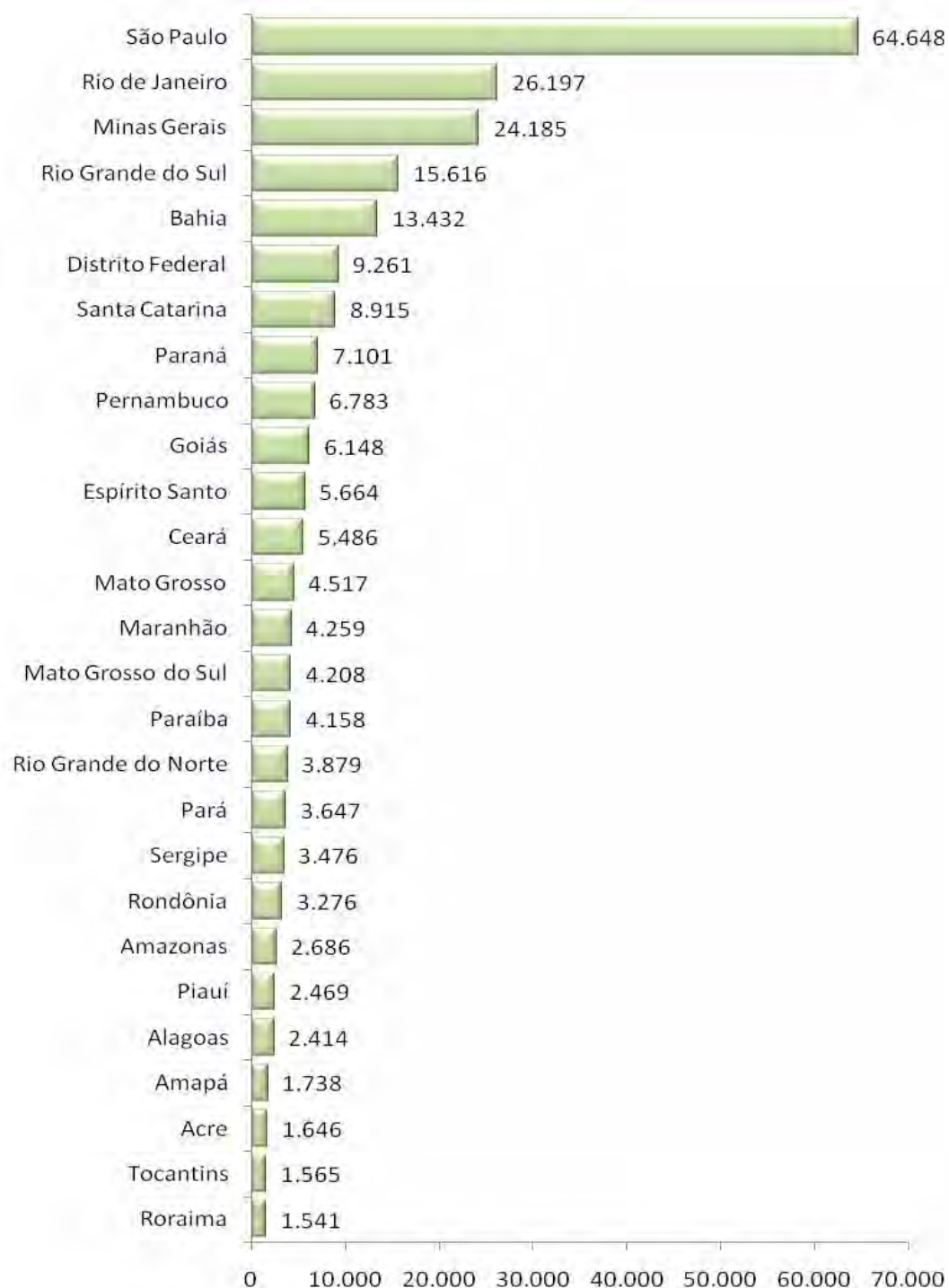
1.2.8. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tabela 1.24 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tribunal de Justiça	Mag - Total de Magistrados	TS - Total de Servidores	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados
Acre	74	1.572	1.646
Alagoas	130	2.284	2.414
Amazonas	202	2.484	2.686
Amapá	72	1.666	1.738
Bahia	679	12.753	13.432
Ceará	395	5.091	5.486
Distrito Federal	318	8.943	9.261
Espírito Santo	314	5.350	5.664
Goiás	434	5.714	6.148
Maranhão	289	3.970	4.259
Minas Gerais	998	23.187	24.185
Mato Grosso do Sul	269	3.939	4.208
Mato Grosso	279	4.238	4.517
Pará	284	3.363	3.647
Paraíba	196	3.962	4.158
Pernambuco	521	6.262	6.783
Piauí	139	2.330	2.469
Paraná	617	6.484	7.101
Rio de Janeiro	836	25.361	26.197
Rio Grande do Norte	228	3.651	3.879
Rondônia	149	3.127	3.276
Roraima	30	1.511	1.541
Rio Grande do Sul	745	14.871	15.616
Santa Catarina	421	8.494	8.915
Sergipe	153	3.323	3.476
São Paulo	2.460	62.188	64.648
Tocantins	129	1.436	1.565
Justiça Estadual	11.361	227.554	238.915

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.24 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados



Glossário:

FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Finalidade: Indicar o número total da força de trabalho incluindo magistrados e servidores em cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $FTT = Mag + TS$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Mag = Mag2 + Mag1 + MagTR + MagJE - MagPAcJE1º - MagPAcTR1º - MagPAcTRJE$
- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

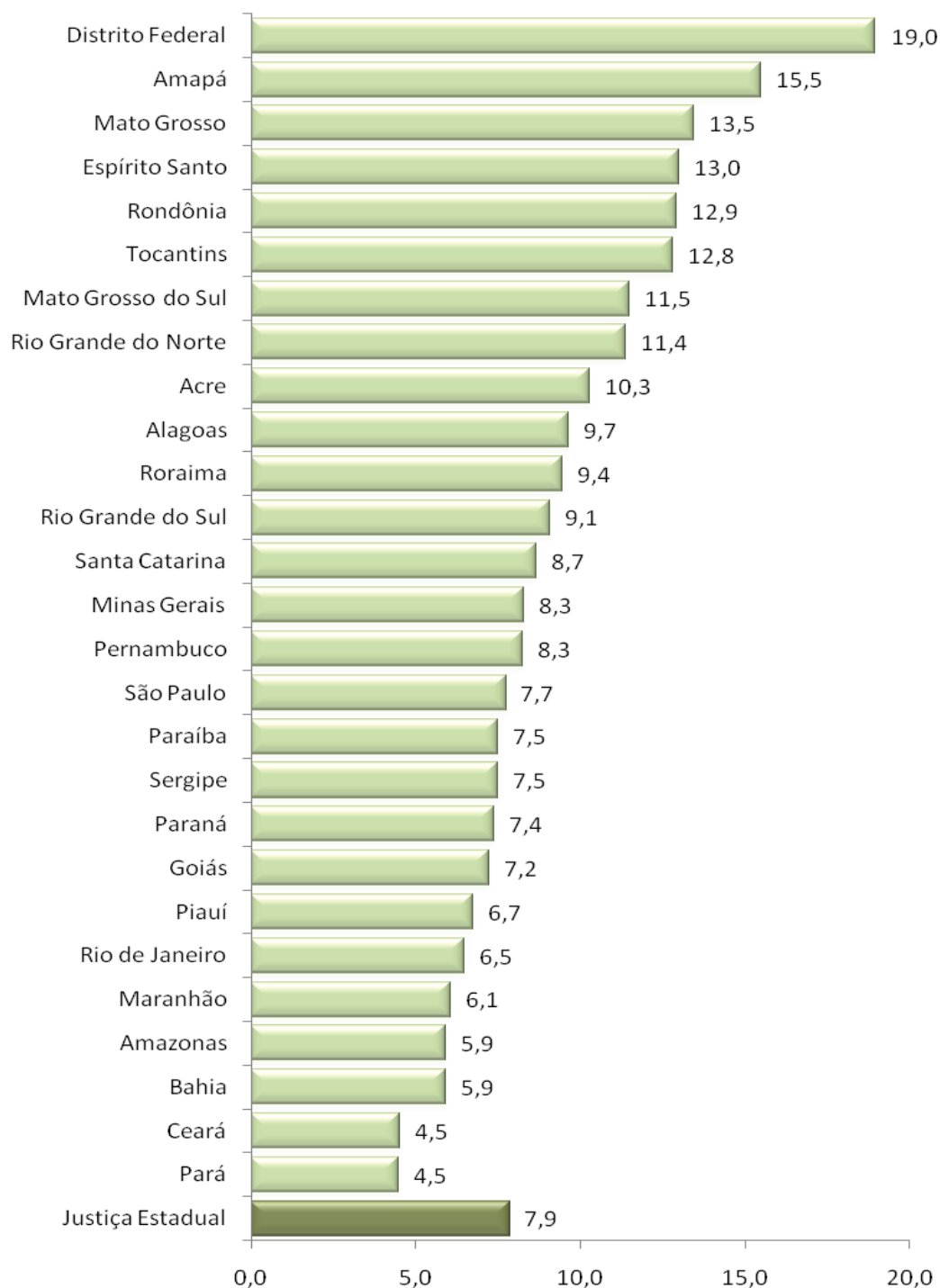
1.2.9. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.25 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal de Justiça	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	h2 - Número de Habitantes por 100.000	F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes
Acre	70	7	10,3
Alagoas	302	31	9,7
Amazonas	198	33	5,9
Amapá	95	6	15,5
Bahia	859	145	5,9
Ceará	383	85	4,5
Distrito Federal	485	26	19,0
Espírito Santo	449	35	13,0
Goiás	422	58	7,2
Maranhão	382	63	6,1
Minas Gerais	1.645	199	8,3
Mato Grosso do Sul	268	23	11,5
Mato Grosso	398	30	13,5
Pará	327	73	4,5
Paraíba	281	37	7,5
Pernambuco	721	87	8,3
Piauí	210	31	6,7
Paraná	782	106	7,4
Rio de Janeiro	1.027	159	6,5
Rio Grande do Norte	353	31	11,4
Rondônia	193	15	12,9
Roraima	39	4	9,4
Rio Grande do Sul	985	109	9,1
Santa Catarina	524	61	8,7
Sergipe	150	20	7,5
São Paulo	3.174	410	7,7
Tocantins	164	13	12,8
Justiça Estadual	14.886	1.896	7,9

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.25 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes do Estado no ano-base.

Fórmula: $F1 = (\text{MagE}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{MagE} = \text{MagE2}^{\circ} + \text{MagESub2}^{\circ} + \text{MagE1}^{\circ} + \text{MagEJE}$
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

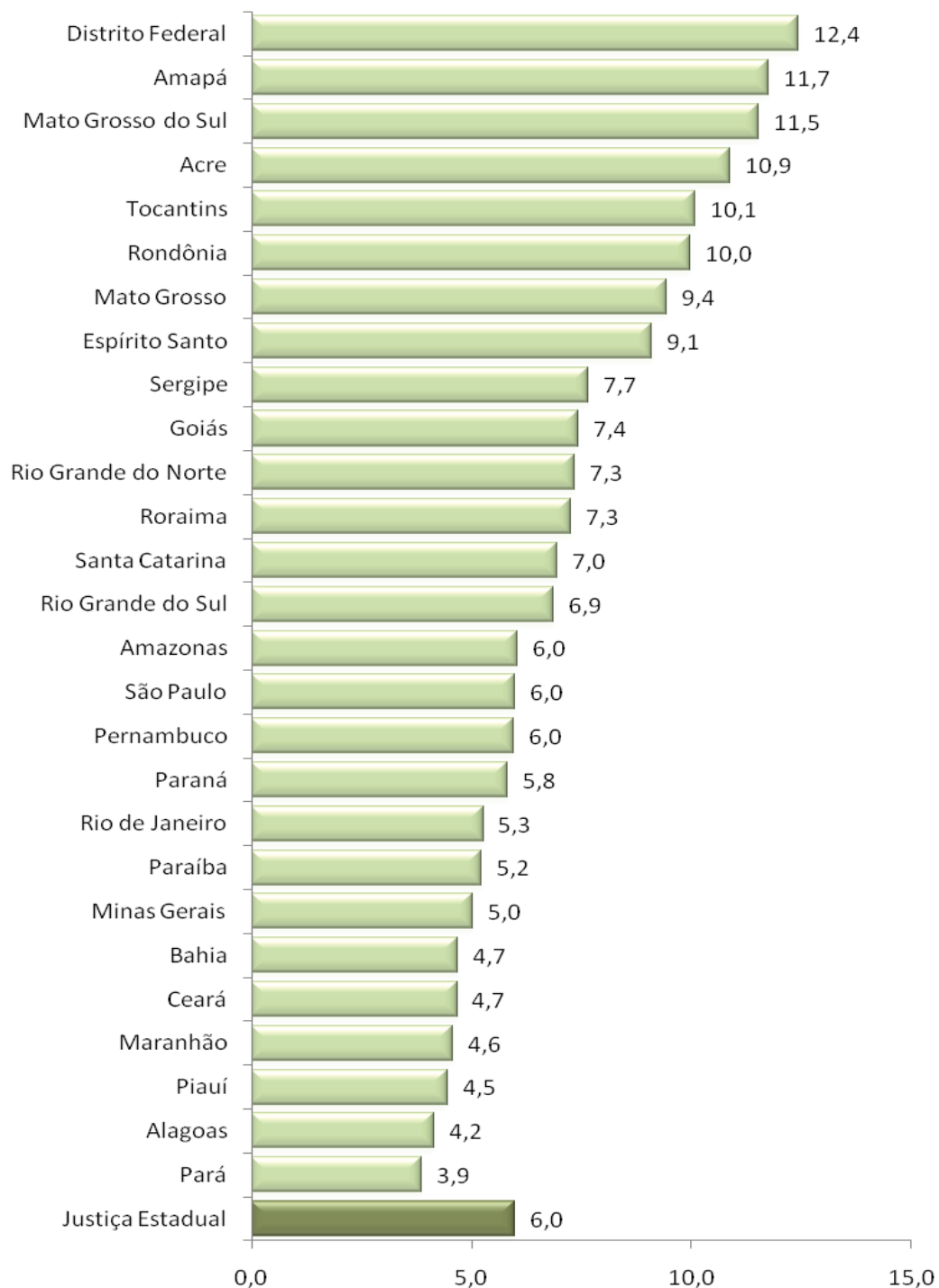
1.2.10. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tabela 1.26 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tribunal de Justiça	Mag - Total de Magistrados	h2 - Número de Habitantes por 100.000	F2 - Magistrados por 100.000 habitantes
Acre	74	7	10,9
Alagoas	130	31	4,2
Amazonas	202	33	6,0
Amapá	72	6	11,7
Bahia	679	145	4,7
Ceará	395	85	4,7
Distrito Federal	318	26	12,4
Espírito Santo	314	35	9,1
Goiás	434	58	7,4
Maranhão	289	63	4,6
Minas Gerais	998	199	5,0
Mato Grosso do Sul	269	23	11,5
Mato Grosso	279	30	9,4
Pará	284	73	3,9
Paraíba	196	37	5,2
Pernambuco	521	87	6,0
Piauí	139	31	4,5
Paraná	617	106	5,8
Rio de Janeiro	836	159	5,3
Rio Grande do Norte	228	31	7,3
Rondônia	149	15	10,0
Roraima	30	4	7,3
Rio Grande do Sul	745	109	6,9
Santa Catarina	421	61	7,0
Sergipe	153	20	7,7
São Paulo	2.460	410	6,0
Tocantins	129	13	10,1
Justiça Estadual	11.361	1.896	6,0

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.26 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes



Glossário:

F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de magistrados em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes do Estado no ano-base.

Fórmula: $F2 = (Mag) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Mag = Mag2 + Mag1 + MagTR + MagJE - MagPAcJE1º - MagPAcTR1º - MagPAcTRJE$
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

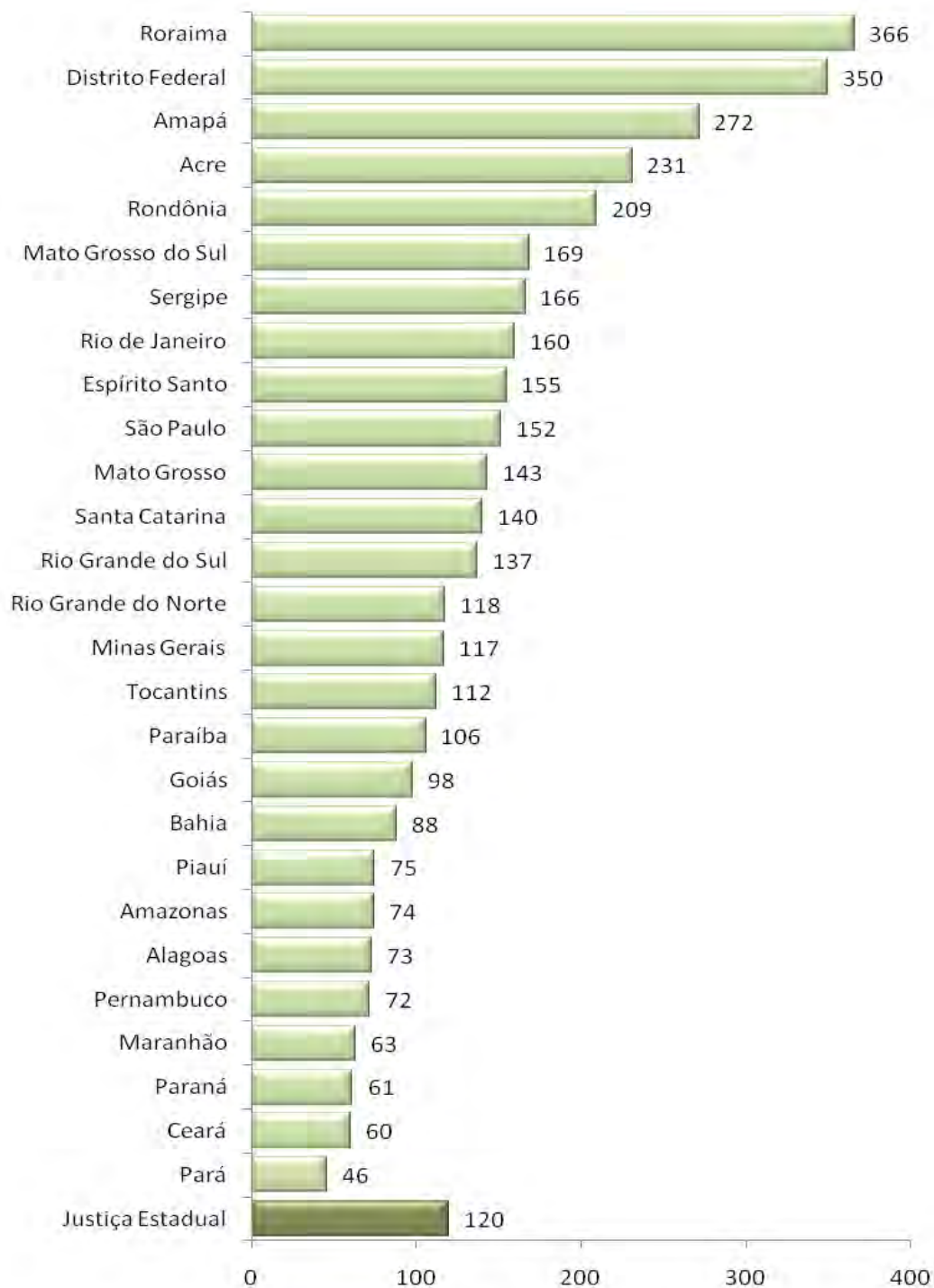
1.2.11. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tabela 1.27 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tribunal de Justiça	TS - Total de Servidores	h2 - Número de Habitantes por 100.000	F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes
Acre	1.572	7	231
Alagoas	2.284	31	73
Amazonas	2.484	33	74
Amapá	1.666	6	272
Bahia	12.753	145	88
Ceará	5.091	85	60
Distrito Federal	8.943	26	350
Espírito Santo	5.350	35	155
Goiás	5.714	58	98
Maranhão	3.970	63	63
Minas Gerais	23.187	199	117
Mato Grosso do Sul	3.939	23	169
Mato Grosso	4.238	30	143
Pará	3.363	73	46
Paraíba	3.962	37	106
Pernambuco	6.262	87	72
Piauí	2.330	31	75
Paraná	6.484	106	61
Rio de Janeiro	25.361	159	160
Rio Grande do Norte	3.651	31	118
Rondônia	3.127	15	209
Roraima	1.511	4	366
Rio Grande do Sul	14.871	109	137
Santa Catarina	8.494	61	140
Sergipe	3.323	20	166
São Paulo	62.188	410	152
Tocantins	1.436	13	112
Justiça Estadual	227.554	1.896	120

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.27 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes



Glossário:

F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho total disponível em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes do Estado no ano-base.

Fórmula: $F3 = TS / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

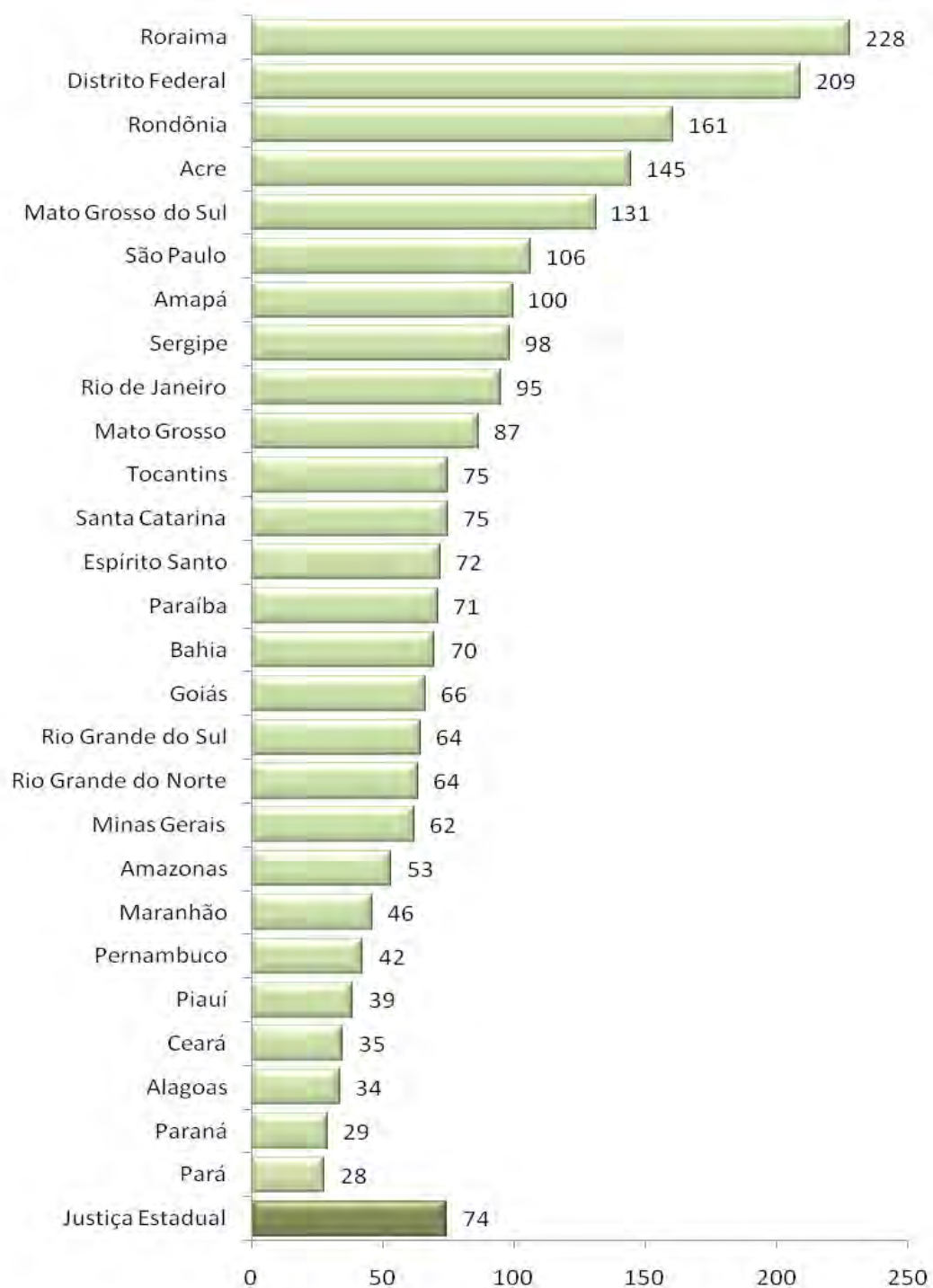
1.2.12. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tabela 1.28 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tribunal de Justiça	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	h2 - Número de Habitantes por 100.000	F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes
Acre	1.008	24	7	145
Alagoas	1.061	5	31	34
Amazonas	1.780	0	33	53
Amapá	632	21	6	100
Bahia	10.165	35	145	70
Ceará	3.005	60	85	35
Distrito Federal	5.514	162	26	209
Espírito Santo	2.515	27	35	72
Goiás	3.921	43	58	66
Maranhão	2.919	28	63	46
Minas Gerais	12.471	150	199	62
Mato Grosso do Sul	3.069	5	23	131
Mato Grosso	2.563	0	30	87
Pará	2.055	14	73	28
Paraíba	2.710	51	37	71
Pernambuco	3.784	81	87	42
Piauí	1.221	15	31	39
Paraná	3.068	10	106	29
Rio de Janeiro	15.129	53	159	95
Rio Grande do Norte	2.024	49	31	64
Rondônia	2.401	3	15	161
Roraima	965	24	4	228
Rio Grande do Sul	7.006	9	109	64
Santa Catarina	4.546	15	61	75
Sergipe	1.997	34	20	98
São Paulo	43.876	247	410	106
Tocantins	988	29	13	75
Justiça Estadual	142.393	1.194	1.896	74

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.28 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes



Glossário:

F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes do Estado, no ano-base.

Fórmula: $F4a = (TPEfet - TPCed) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

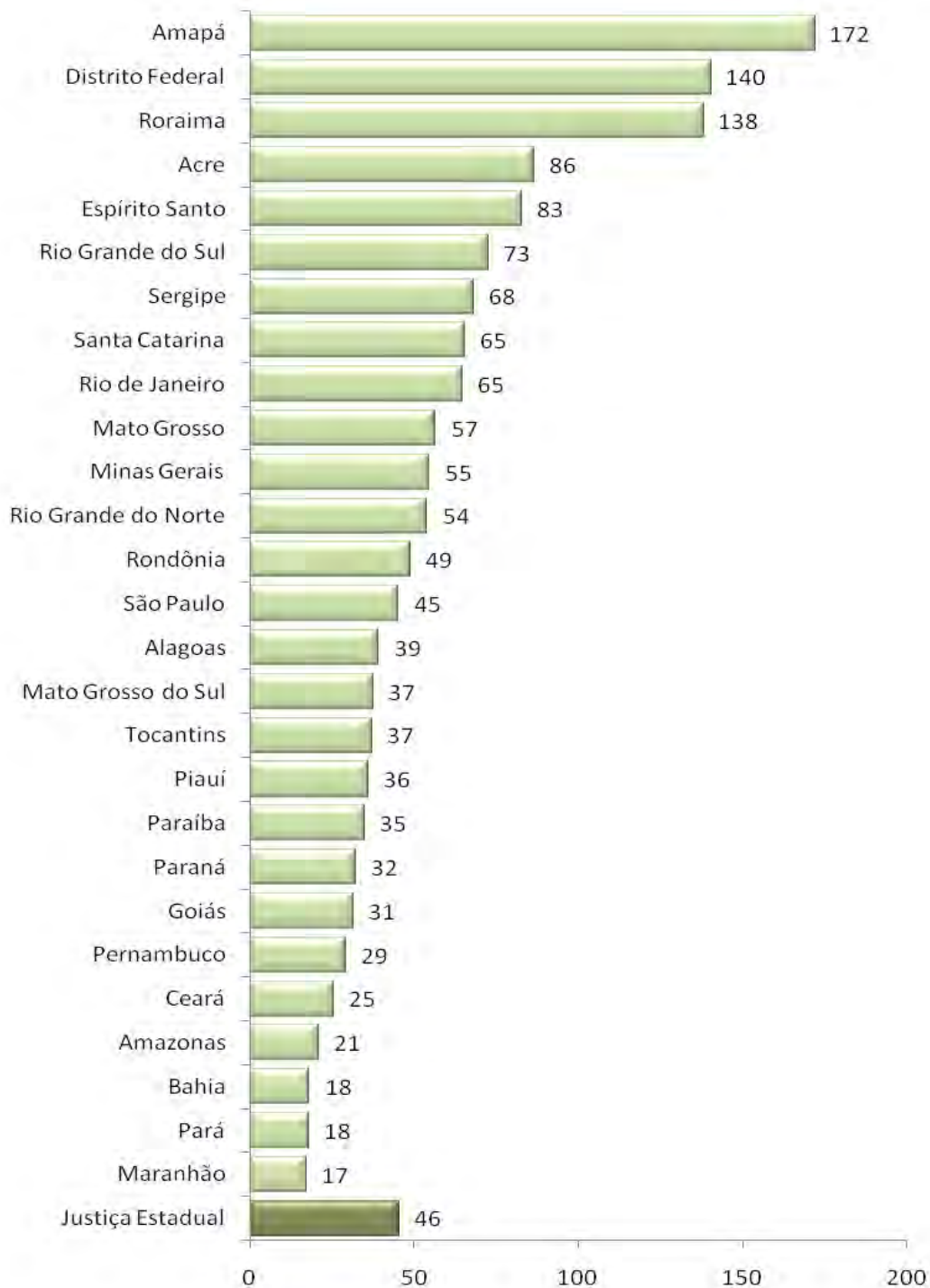
1.2.13. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tabela 1.29 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tribunal de Justiça	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	h2 - Número de Habitantes por 100.000	F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes
Acre	217	119	252	7	86
Alagoas	399	105	724	31	39
Amazonas	244	1	459	33	21
Amapá	71	258	726	6	172
Bahia	250	117	2.256	145	18
Ceará	405	435	1.306	85	25
Distrito Federal	41	173	3.377	26	140
Espírito Santo	848	5	2.009	35	83
Goiás	857	80	899	58	31
Maranhão	850	11	218	63	17
Minas Gerais	1.022	4	9.840	199	55
Mato Grosso do Sul	210	54	611	23	37
Mato Grosso	507	19	1.149	30	57
Pará	290	202	830	73	18
Paraíba	507	734	62	37	35
Pernambuco	176	964	1.419	87	29
Piauí	455	364	305	31	36
Paraná	537	28	2.861	106	32
Rio de Janeiro	273	699	9.313	159	65
Rio Grande do Norte	180	776	720	31	54
Rondônia	205	3	521	15	49
Roraima	199	37	334	4	138
Rio Grande do Sul	1.139	133	6.602	109	73
Santa Catarina	653	487	2.823	61	65
Sergipe	289	405	666	20	68
São Paulo	182	1.841	16.536	410	45
Tocantins	120	75	282	13	37
Justiça Estadual	11.126	8.129	67.100	1.896	46

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.29 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes



Glossário:

F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho auxiliar de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes do Estado no ano-base.

Fórmula: $F4b = (TPSV + TPReq + TFAux) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo:** Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TPReq - Total de Pessoal Requisitado:** Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base
- **TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar:** Número total de terceirizados e estagiários, juízes leigos e conciliadores do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **h2 - Número de Habitantes por 100.000:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

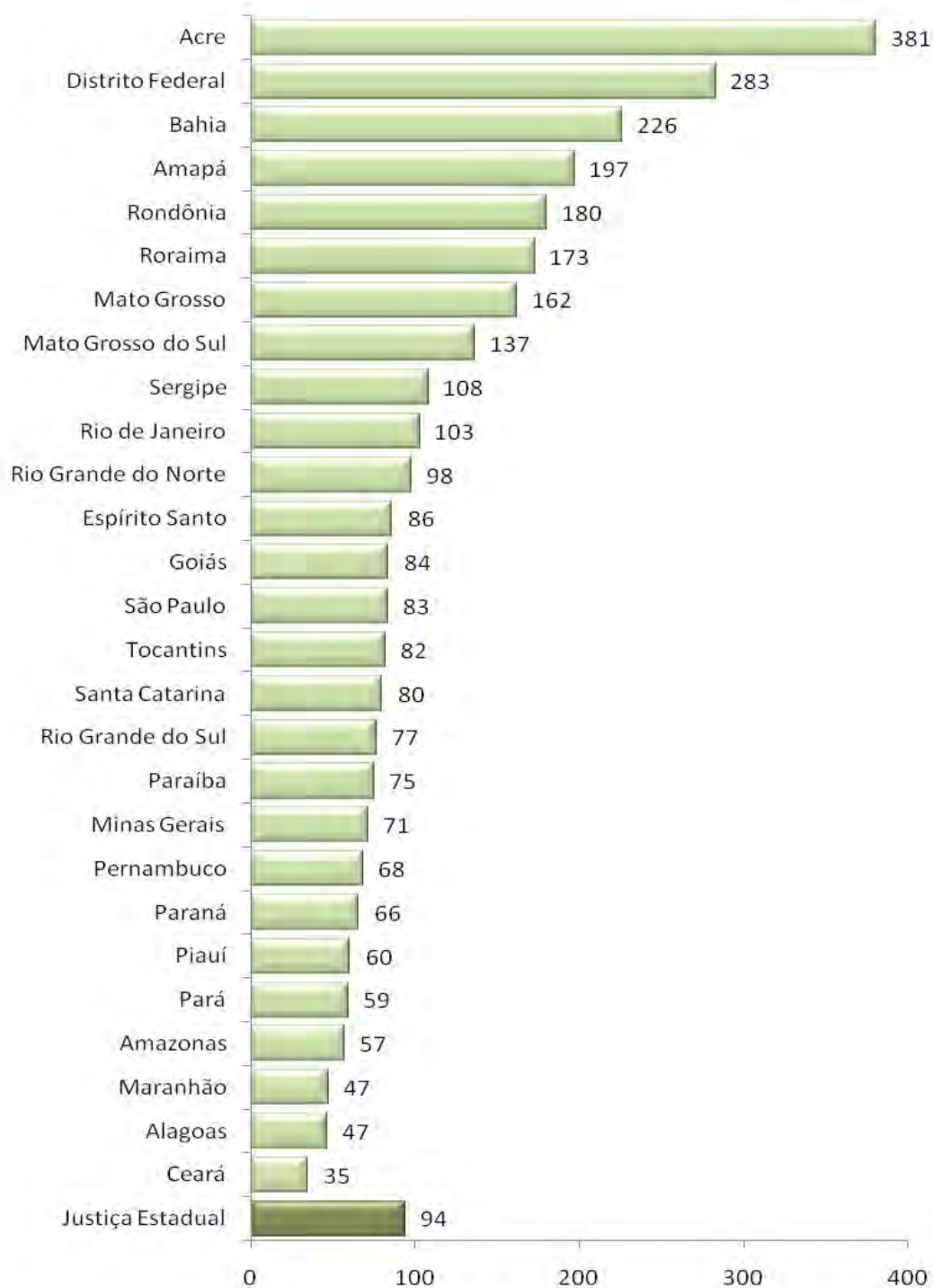
1.2.14. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.30 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal de Justiça	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	h2 - Número de Habitantes por 100.000	F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes
Acre	2.590	7	381
Alagoas	1.458	31	47
Amazonas	1.897	33	57
Amapá	1.208	6	197
Bahia	32.813	145	226
Ceará	2.928	85	35
Distrito Federal	7.241	26	283
Espírito Santo	2.973	35	86
Goiás	4.902	58	84
Maranhão	2.979	63	47
Minas Gerais	14.180	199	71
Mato Grosso do Sul	3.189	23	137
Mato Grosso	4.788	30	162
Pará	4.323	73	59
Paraíba	2.815	37	75
Pernambuco	5.943	87	68
Piauí	1.887	31	60
Paraná	6.950	106	66
Rio de Janeiro	16.345	159	103
Rio Grande do Norte	3.042	31	98
Rondônia	2.688	15	180
Roraima	714	4	173
Rio Grande do Sul	8.327	109	77
Santa Catarina	4.844	61	80
Sergipe	2.161	20	108
São Paulo	34.244	410	83
Tocantins	1.051	13	82
Justiça Estadual	178.480	1.896	94

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.30 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de cargos de provimento efetivo existentes no quadro de pessoal de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes do Estado no ano-base.

Fórmula: $F4c = TCEfet / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

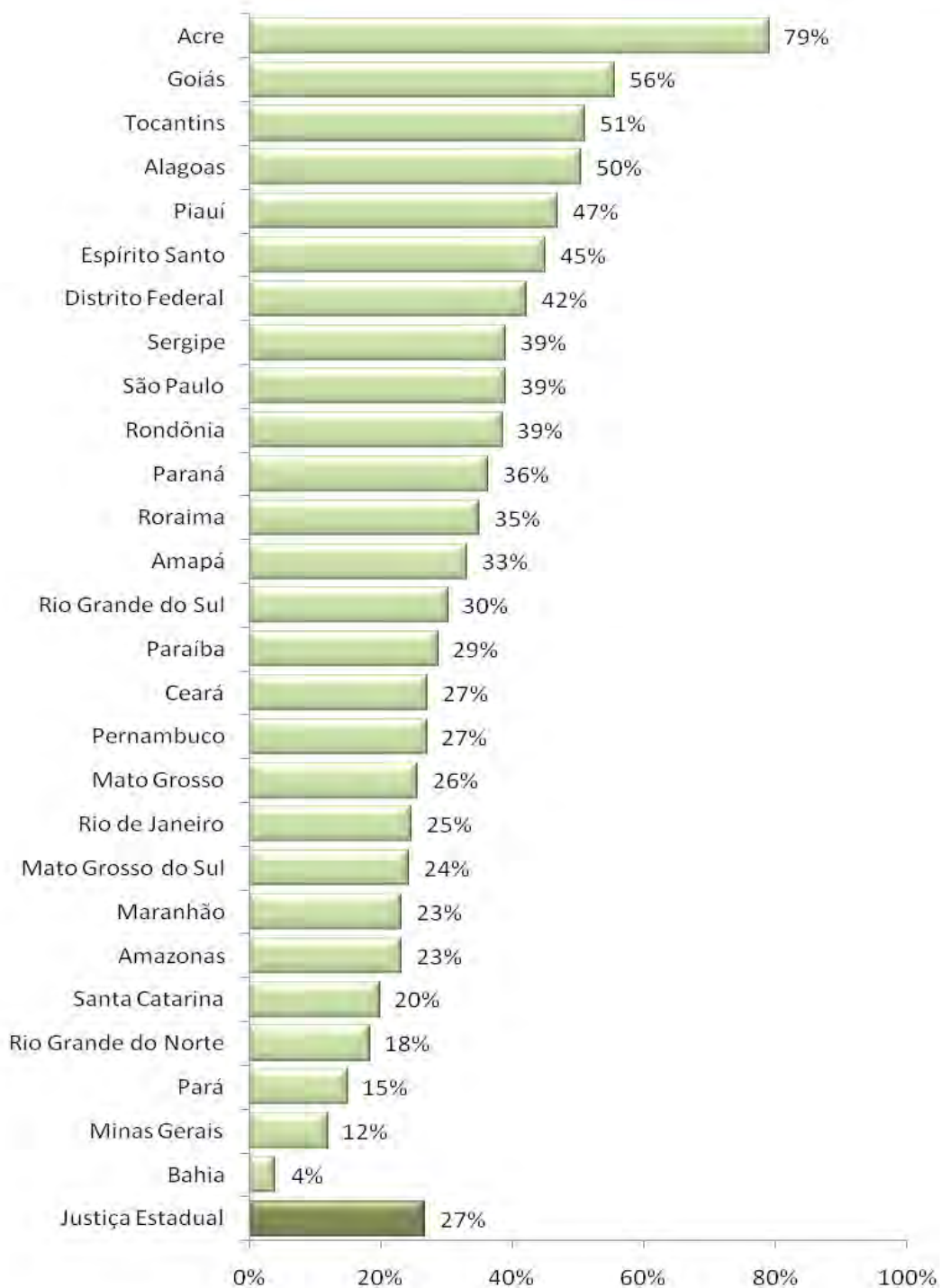
1.2.15. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tabela 1.31 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tribunal de Justiça	TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes	TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes
Acre	1.638	409	2.590	79%
Alagoas	491	245	1.458	50%
Amazonas	387	51	1.897	23%
Amapá	202	199	1.208	33%
Bahia	1.290	0	32.813	4%
Ceará	796	0	2.928	27%
Distrito Federal	508	2.543	7.241	42%
Espírito Santo	998	341	2.973	45%
Goiás	1.567	1.156	4.902	56%
Maranhão	646	42	2.979	23%
Minas Gerais	1.696	0	14.180	12%
Mato Grosso do Sul	379	397	3.189	24%
Mato Grosso	678	546	4.788	26%
Pará	455	192	4.323	15%
Paraíba	604	205	2.815	29%
Pernambuco	286	1.319	5.943	27%
Piauí	599	287	1.887	47%
Paraná	858	1.670	6.950	36%
Rio de Janeiro	957	3.080	16.345	25%
Rio Grande do Norte	559	0	3.042	18%
Rondônia	450	585	2.688	39%
Roraima	250	0	714	35%
Rio Grande do Sul	1.366	1.151	8.327	30%
Santa Catarina	961	0	4.844	20%
Sergipe	595	248	2.161	39%
São Paulo	9.819	3.515	34.244	39%
Tocantins	537	0	1.051	51%
Justiça Estadual	29.572	18.181	178.480	27%

Fonte: Justiça em Números 2009.

Gráfico 1.31 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes



Glossário:

F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Finalidade: Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e de funções comissionadas existentes no quadro de pessoal de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes, no ano-base.

Fórmula: $F4d = (TCC + TFc) / TCEfet$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes: Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.
- TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes: Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.
- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.16. Inf2 - Número de Computadores por Usuário

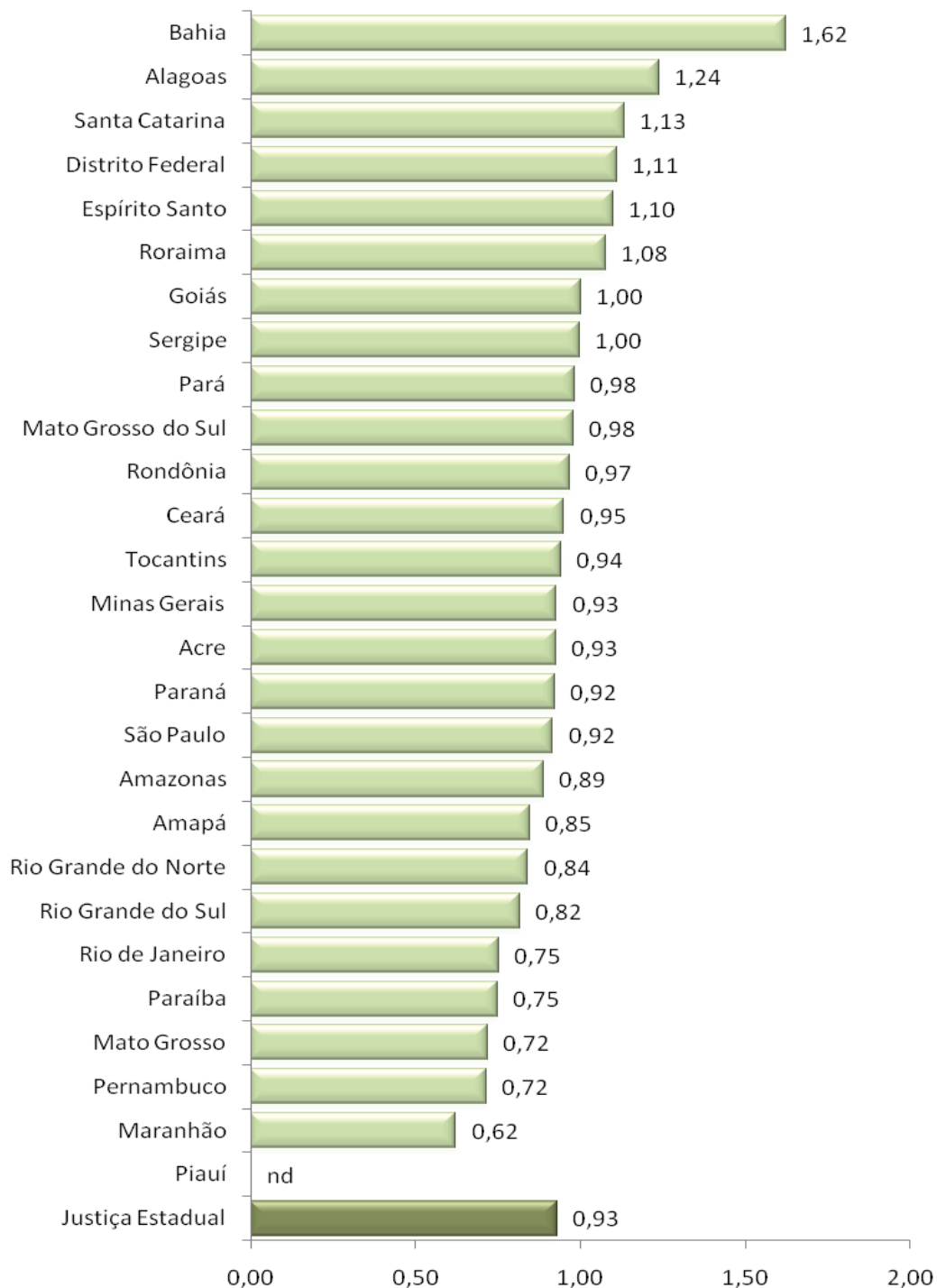
Tabela 1.32 Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tribunal de Justiça	Comp - Número de computadores de uso pessoal	Ui - Usuários de computador	Inf2 - Número de Computadores por Usuário
Acre	1.406	1.516	0,93
Alagoas	2.050	1.653	1,24
Amazonas	1.460	1.644	0,89
Amapá	1.260	1.486	0,85
Bahia	15.560	9.576	1,62
Ceará	4.595	4.833	0,95
Distrito Federal	8.963	8.070	1,11
Espírito Santo	6.178	5.612	1,10
Goiás	6.229	6.218	1,00
Maranhão	2.525	4.054	0,62
Minas Gerais	16.467	17.749	0,93
Mato Grosso do Sul	4.014	4.100	0,98
Mato Grosso	5.255	7.298	0,72
Pará	3.699	3.766	0,98
Paraíba	3.000	4.000	0,75
Pernambuco	7.051	9.846	0,72
Piauí	nd	nd	nd
Paraná	6.650	7.200	0,92
Rio de Janeiro	17.984	23.885	0,75
Rio Grande do Norte	3.700	4.400	0,84
Rondônia	2.452	2.533	0,97
Roraima	954	885	1,08
Rio Grande do Sul	12.657	15.502	0,82
Santa Catarina	9.816	8.672	1,13
Sergipe	2.685	2.693	1,00
São Paulo	46.706	50.941	0,92
Tocantins	1.671	1.775	0,94
Justiça Estadual	194.987	209.907	0,93

Fonte: Justiça em Números 2009.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.32 Inf2 - Número de Computadores por Usuário



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.